

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

Marcia Frezza

JUVENTUDE EM DISCURSO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Porto Alegre

2008

Marcia Frezza

JUVENTUDE EM DISCURSO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa.Dra. Cleci Maraschin.

Co-orientadora: Profa. Dra. Nair Iracema Silveira dos Santos.

Porto Alegre

2008

Marcia Frezza

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação Juventude em Discurso nas Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dissertação defendida e aprovada em: 07/11/2008.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Cleci Maraschin – (Presidente da Banca - Orientador)

Profa. Dra. Jaqueline Tiltoni – (PPGPSI - UFRGS)

Profa. Dra. Rosemarie Gätner Tschedel – (UFRGS)

Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi - (PUCRS)

Dedicado aos meus pais, Solange e Irineu
e ao meu esposo, Cleber

AGRADECIMENTOS

À Profa. Cleci Maraschin, que me acolheu como mestrande e que me incentivou e orientou na construção do presente trabalho de dissertação;

À Profa. Nair Iracema Silveira dos Santos, que me ajudou a visibilizar outras emergências possíveis;

Às Profas. Jaqueline Tiltoni e Rosemarie Gätner Tschedel, que contribuíram para esclarecer os caminhos que seriam trilhados pela pesquisa;

À Profa. Carmem Ligia Iochins Grisci, pelas leituras e diálogos, além de inspiração para novos modos de ser;

Aos Professores do PPGPSI, que contribuíram para o desenvolvimento de minhas reflexões ao longo do mestrado;

Aos professores da University of Northampton, em especial à Profa. Gillian N. Penny e ao Prof. Hugh Matthews, pela acolhida e valiosa colaboração;

Aos colegas do Northamptonshire Millennium Volunteers, que me receberam com entusiasmo e contribuíram com elementos importantes para a pesquisa;

Aos integrantes das entidades do Consórcio Social da Juventude, pela disposição em colaborar e dividir suas experiências;

Aos colegas dos grupos de pesquisa, com quem pude exercitar o pensamento;

A todos entes queridos, em todos os planos possíveis, família, familiares e amigos, que me incentivaram ao longo do mestrado

Em especial, aos queridos pais e sogros, sem o amparo dos quais este Estudo não seria possível;

Ao Cleber, pelo companheirismo, compartilhamento de experiências e sonhos, que foram indispensáveis para a trajetória que percorri até aqui.

RESUMO

A presente pesquisa teve como questão norteadora a problematização da emergência dos jovens como objeto de investimento de políticas públicas. O trabalho de dissertação se inscreveu no campo de pesquisa em Psicologia Social. Tomou-se como referência teórico-metodológica conceitos e propostas de análise de Michel Foucault. Adicionalmente, foram consultadas obras de autores tais como Dreyfus, Rabinow, Castel e Bauman, e artigos de autores como Sposito, Castro, Rojas e Abramovay. Analisaram-se documentos de dois projetos de políticas públicas de juventude — um no Brasil, o Consórcio Social da Juventude, e outro na Inglaterra, o Northamptonshire Millennium Volunteers — que propõem ações nos campos da educação e/ou da formação profissional. Para a análise, considerou-se o contexto das políticas públicas de juventude nos dois países. Foi possível, ainda, dialogar com alguns gestores e executores dos dois projetos. Deste modo, buscou-se visibilizar os enunciados e discursos sobre juventude que operam nos projetos de políticas públicas, além de destacar os modos de ser jovem que se constituem como emergências possíveis nos projetos analisados. A partir dos elementos elencados dos enunciados, definiram-se três eixos principais de análise: juventude voluntária, juventude vulnerável e juventude trabalhadora. A problematização desenvolvida permitiu falar de relações e de processos mais coletivos que destacam os modos como, na contemporaneidade, se constroem determinadas universalidades de juventudes.

Palavras-chave: políticas públicas, juventude, voluntariado, vulnerabilidade, trabalho.

ABSTRACT

The present dissertation had as research question the problematization of the emergence of young people as object of investment of government policies. This work is inserted in the field of research in Social Psychology. We adopted as theoretical and methodological reference concepts and analysis proposed by Michel Foucault. Additionally, concepts developed by Dreyfus, Rabinow, Castel, Bauman, Sposito, Castro, Rojas, Abramovay, among others, were proficuous for the analysis. We analysed documents of two projects of government policies designed for young people — one in Brazil, the Consórcio Social da Juventude, and another in England, the Northamptonshire Millennium Volunteers — that planned actions in the fields of education and/or professional training. For the analysis, we considered the context of government policies for young people in both countries. It was possible to establish contacts with some professionals who worked in the projects, which contributed for the research work and analysis. We examined the statements and discourses on young people that operate in the government policies. We sought to highlight the ways of being that emerged as possibilities for the young people who took part in the projects. Based on the elements culled from the statements, we defined three main axes for the process of analysis: volunteering youth, vulnerable youth and working youth. The developed problematization made it possible to speak of more collective processes and relations that highlight the ways how some youth generalities are constructed in the contemporaneity.

Key-words: government policies, young people, volunteering, vulnerability, work.

SUMÁRIO

1	O PERCURSO DA AUTORA.....	10
2	EMERGÊNCIA DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
3	CAMPOS DE EMERGÊNCIA DA PESQUISA.....	19
3.1	CAMINHOS TEÓRICOS.....	20
3.2	CAMINHOS INVESTIGATIVOS.....	27
4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL.....	33
4.1	CONTINGÊNCIAS.....	33
4.2	DIRECIONAMENTOS.....	36
4.3	PRIORIDADES.....	38
4.4	PROJETO BRASILEIRO EM FOCO: O CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE.....	41
5	EXERCÍCIO DE AFASTAMENTO: INVESTIGAÇÃO DE UM PROGRAMA INGLÊS.....	45
5.1	PROJETO INGLÊS EM FOCO: MILLENNIUM VOLUNTEERS.....	50
6	OS JOVENS QUE EMERGEM DAS POLÍTICAS.....	56
6.1	JUVENTUDE VOLUNTÁRIA.....	58
6.1.1	Definições de voluntariado e alguns efeitos.....	61
6.1.2	O mercado e o jovem voluntário.....	64
6.1.3	O espiritual, o social e o individual.....	67
6.1.4	Cidadania ativa e voluntariado.....	70
6.1.5	Experiência com um dos projetos.....	75
6.1.6	Governamentalidade, saber, poder.....	76
6.2	JUVENTUDE VULNERÁVEL.....	81
6.2.1	O jovem vulnerável dos projetos.....	81
6.2.2	Vulnerabilizados – excluídos – em desvantagens – em risco.....	85
6.2.3	Os riscos individuais e sociais.....	88
6.3	JUVENTUDE TRABALHADORA.....	92

6.3.1	A centralidade do trabalho nas políticas de juventude.....	93
6.3.2	A centralidade do trabalho para os jovens.....	100
6.3.3	Juventude ocupada ou culpada.....	103
6.3.4	Mundo global, efeito local.....	105
6.3.5	As TICs e as políticas de juventude.....	109
6.3.6	Modos de ser jovem trabalhador – relações saber-poder.....	114
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
7.1	ATRAVESSAMENTOS.....	118
7.2	RETOMANDO A PROPOSTA DA PESQUISA.....	122
8	REFERÊNCIAS.....	127

1. O PERCURSO DA AUTORA

Neste capítulo, pretendo relatar, em linhas gerais, o processo que possibilitou a elaboração da presente dissertação. Tomarei a liberdade de, em determinados trechos, escrever na primeira pessoa do singular pelo fato de que partes da trajetória descrita aqui possuem caráter pessoal.

Desde sua proposta inicial até o atual momento, o presente trabalho de dissertação, provavelmente como muitos, trilhou caminhos não-lineares. Talvez, ainda se aventurasse por outros, caso não tivéssemos os limites temporais impostos pelo espaço acadêmico. Contudo, esses possíveis caminhos não foram exatamente interrompidos, apenas adiados. Assim, o tempo e o espaço da universidade proporcionaram norteadores que permitiram indagações e buscas de entendimento.

Entre outros efeitos, esse percurso permitiu-me retomar uma das afirmações que fiz no projeto que submeti à banca de qualificação: a de que se propor a escrever um projeto de dissertação de mestrado não implica na concepção de *um problema*, como eu havia pensado. Desenvolver uma dissertação de mestrado implica na concepção de vários problemas. Ao longo deste texto ficará claro o quanto os problemas foram importantes para o desenvolvimento das reflexões, do entendimento e das análises realizadas.

Eu compreendia que o ato de conceber o problema não se reduzia à possibilidade de se traçar um caminho ou uma linha reta para se atingir *a solução* —

ocorria-me que não seria tarefa breve ou simples. Do mesmo modo, entendia que, assim que o problema estivesse pronto, eu não deveria ansiar pelo momento de poder abandoná-lo com a definição de uma suposta solução. Adicionalmente, ao longo do percurso, percebi que a elaboração do problema é mais que meio para a solução, sua construção é exercício dos mais importantes, caracterizando-se pelo exercício de problematização — entendido, ainda, como elemento indispensável em estratégias de produção de conhecimento.

Contudo, como adiantei anteriormente, me surpreendeu que essa elaboração não tratava de um único problema. As constantes leituras, o encontro com a banca de qualificação, a pesquisa de campo e as conseqüentes análises faziam com que esse exercício fosse incessante e que o problema elaborado estivesse em freqüente construção. A construção, desconstrução e reconstrução dos problemas foram o norte do processo.

Quando me candidatei para o programa de mestrado do PPGPSI - UFRGS, apresentei um projeto que abrangia um determinado problema e contexto. Foi-me proposto que refizesse este projeto, ou seja, que realizasse mudanças com o intuito de aproximá-lo da área temática desenvolvida pelo grupo de pesquisa do qual eu faria parte. A principal mudança realizada foi o direcionamento do foco para o tema juventude, buscando relacioná-lo com questões referentes ao trabalho, à educação e às tecnologias. Por outro lado, ficou acordado que se levaria em consideração algumas referências e questões abordadas no primeiro projeto. Desta forma, iniciei um novo processo de elaboração de problemas.

Foi necessário um longo período de investigação — bibliográfica, de campo e documental — para que eu chegasse numa definição para compor o projeto que

seria submetido para a banca de qualificação. Em razão dos focos estabelecidos e de interesses pessoais, as políticas públicas de juventude se demonstraram campo fértil para a construção de problematizações que abarcassem temas como a relação saber-poder, os processos de subjetivação, a produção de discurso, a formação de regimes de verdade, entre outros — que poderiam ser abordados levando-se em consideração as temáticas pertinentes à juventude.

O encontro com a banca de qualificação significou outro momento de redirecionamento. As considerações e sugestões feitas pela Profa. Dra. Jaqueline Tittoni e pela Profa. Dra. Rosemarie Gärtner Tschiedel possibilitaram importantes reflexões sobre os problemas, objetivos e metodologia propostos para a pesquisa. Processo também significativo teve início a partir da fase de co-orientação da Profa. Dra. Nair Iracema Silveira dos Santos, quando novas emergências se tornaram possíveis, permitindo aberturas de caminhos para o trabalho.

A partir da reelaboração das problematizações do projeto, iniciou-se novo percurso com a pesquisa de campo. Do mesmo modo, esta fase e as análises iniciais, apontaram novos direcionamentos. A possibilidade de realizar parte da pesquisa investigando um projeto de política pública na cidade de Northampton, na Inglaterra, foi importante para a promoção e desenvolvimento de novas perguntas e reflexões. A etapa de coleta de dados, tanto no Brasil como na Inglaterra, indicou a necessidade de novas buscas de fontes bibliográficas que contribuíssem para a fundamentação e entendimento do que estava sendo elencado das análises. Desta forma, houve uma freqüente conversação entre os dados coletados e as referências bibliográficas. Esta relação, também, permitiu uma constante atualização das problematizações propostas para e pela a pesquisa.

Realizada esta breve contextualização do percurso desenvolvido pela autora do presente trabalho de conclusão de mestrado, partimos para o desenvolvimento da dissertação propriamente dita.

2. EMERGÊNCIA DO PROBLEMA DE PESQUISA

Verificamos que, nos últimos anos, tem havido um crescente investimento em programas de políticas públicas de juventude no Brasil (Frezza, Maraschin e Santos, 2008a; Sposito, Silva e Souza, 2006; Sposito e Corrochano, 2005; Sposito e Carrano, 2004; Tommasi, 2004; UNESCO, 2004; Lima e Minayo, 2003). Esses programas visam instituir projetos que, de forma geral, objetivam agir sobre os problemas vivenciados por parcelas da população jovem em sua inserção na ordem social — como aqueles relacionados ao acesso à educação, à saúde e ao trabalho; ou referentes a situações caracterizadas como em ‘conflito com a lei’. Os programas podem se diferenciar nos modos como circunscrevem o público-alvo e como definem suas estratégias, seus objetivos e suas metodologias. Contudo, é possível percebermos uma certa repetição em determinados direcionamentos. O principal deles é o fato de tomarem como foco das ações a parcela da juventude qualificada como vulnerável socialmente. O outro é o destaque dado ao eixo educação e formação para o trabalho desses jovens.

Na literatura pesquisada, encontramos estudos que, de diferentes formas, tomam como foco as políticas públicas de juventude desenvolvidas, as experiências dos jovens nos projetos, os problemas vivenciados pela juventude, as estratégias de ação dos programas, as experiências dos gestores e executores dos projetos, entre outras temáticas. Por outro lado, não encontramos nenhum trabalho que tomasse

como foco principal a problematização da emergência dos jovens como objeto dessas políticas.

Desta forma, o presente estudo tem como proposta de problema de pesquisa:

‘a problematização da emergência dos jovens como objeto de investimento e intervenção de políticas públicas de juventude’.

Segundo Foucault (1984), a:

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto de práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.). (p. 76)

Assim, não tomamos os jovens como da ordem do natural ou como existência a priori. Evitamos adotar definições que usualmente conferem aos jovens características de essência. Características que são muitas vezes contraditórias, pois de um lado destacam a condição de potência e inovação dos jovens e de outro ressaltam a condição de população vulnerável, em risco e de risco (*Frezza et al.*, 2008a).

Buscamos, portanto, problematizar de que forma os jovens se constituem objeto de investimento das políticas, visibilizando as práticas discursivas dessas políticas que fazem a juventude entrar no jogo do verdadeiro ou do falso. Ou seja, de que forma a repetição, as séries, as regularidades, as coexistências, as conexões e as relações dos enunciados — de documentos de programas de políticas públicas e

de relatos informais de gestores e executores de projetos —, que compõem discursos sobre a juventude que participa dos programas, constituem o que é verdadeiro sobre esses jovens. Assim fazendo, também procuramos destacar modos de ser jovem que se constituem como emergências possíveis dos projetos.

Deste modo, definimos dois objetivos principais para a pesquisa:

- visibilizar os enunciados e discursos sobre juventude que operam nos projetos de políticas públicas; e
- destacar modos de ser jovem que se constituem como emergências possíveis dos projetos analisados.

Para o estudo proposto tomamos em análise experiências de dois programas de políticas públicas de juventude — um no Brasil e outro na Inglaterra — que propõem ações nos campos da educação e/ou da formação profissional. O primeiro desse conjunto de experiências se refere ao projeto Consórcio Social da Juventude (CSJ), desenvolvido em Porto Alegre, RS, no período compreendido entre 2005 e 2006. O CSJ foi um projeto criado a partir do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego. O segundo programa refere-se ao *Northamptonshire Millennium Volunteers* (NMV), no período compreendido entre 2006 e 2007. O NMV integrou um programa de âmbito nacional, o *Millennium Volunteers* (MV), promovido pelo governo inglês.

Ao optarmos pela investigação de um projeto brasileiro e um projeto inglês, não tivemos como objetivo realizar um estudo comparativo das experiências dos dois países. Foram duas motivações principais para tal escolha. Inicialmente, a possibilidade de exercer um certo afastamento, que fosse capaz de operar como dispositivo que colocasse em questão o que está instituído em nossa sociedade e

que pudesse contribuir para possíveis rupturas de evidências. Porém, buscamos, principalmente, elementos que configurassem evidências de uma determinada época, universalidades, cadeias globalizantes, efeitos da contemporaneidade, de certos modos de ser jovem. Procuramos, assim, acontecimentalizar as condições de emergência dos jovens, objeto das políticas de juventude.

O estudo se inscreve no campo de pesquisa em Psicologia Social. Tomamos como referência teórico-metodológica conceitos e propostas de análise de Michel Foucault. Adicionalmente, consultamos obras de autores tais como Dreyfus, Rabinow, Castel e Bauman, além de artigos de autores como Sposito, Castro, Rojas e Abramovay, no sentido de enriquecer o processo de análise.

Ressaltamos que, apesar de existir um capítulo dedicado à análise (capítulo 6), o processo de análise foi desenvolvido por todo o corpo da dissertação, em razão das características do conjunto dos dados analisados e da referência metodológica escolhida. À medida que abordávamos a fundamentação teórica e a contextualização dos conceitos já se produziam elementos profícuos para a análise. Elencamos importantes indicadores de análise, que dividimos em três eixos principais: juventude voluntária, juventude vulnerável e juventude trabalhadora.

No primeiro capítulo, anterior a esta introdução, relatamos o processo que possibilitou o início da elaboração da presente pesquisa de mestrado. No terceiro capítulo, abordamos os campos de emergência da pesquisa, a metodologia e sua fundamentação teórica. No quarto capítulo, buscamos contextualizar as políticas públicas de juventude no Brasil, utilizando como elementos a literatura sobre o tema e documentos de políticas públicas brasileiras. Ainda no quarto capítulo, descrevemos o Consórcio Social da Juventude (CSJ), especialmente no que se

refere às experiências da cidade de Porto Alegre, RS. No quinto capítulo, buscamos contextualizar as políticas públicas de juventude na Inglaterra. Assim, pesquisamos na literatura e em documentos de políticas públicas inglesas. Também no quinto capítulo, descrevemos o projeto inglês *Northamptonshire Millennium Volunteers* (NMV). No sexto capítulo, desenvolvemos as análises em maior profundidade, com as características especificadas anteriormente no presente capítulo. No sétimo capítulo, tecemos algumas considerações sobre as análises desenvolvidas, retomamos o problema de pesquisa e os objetivos.

3. CAMPOS DE EMERGÊNCIA DA PESQUISA

Segundo Foucault (1997), precisamos nos inquietar diante de determinados recortes ou grupamentos que, para nós, se tornaram muito familiares. O autor ressalta que a distinção entre esses grupamentos não é clara, uma vez que eles mantêm relações complexas entre si. Esses recortes e grupamentos, que identificamos como tais, são “categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são por sua vez fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros” com os quais mantêm intensa relação (p. 25).

Instigados pela inquietação proposta por Foucault, focamos o exercício dos nossos pensamentos nas políticas públicas de juventude. Nossa questão inicial foi procurar entender que efeitos de verdade têm os discursos de políticas públicas que possam delinear determinados modos de ser jovem. Sendo assim, buscamos em conceitos e análises desenvolvidos por Michel Foucault o aporte necessário para problematizarmos a questão proposta.

3.1 CAMINHOS TEÓRICOS

Foucault (1997) observa que não precisamos buscar a origem do discurso. Diferentemente, é preciso “acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado ...” (p. 28). Para o autor, o discurso é um conjunto de enunciados, de um número limitado de enunciados que apresentam um conjunto de condições de coexistência.

O enunciado não é sinônimo de língua ou de frase, tampouco pode ser definido pelo conjunto de caracteres gramaticais da frase. Ele também não é uma estrutura ou uma unidade em si (Foucault, 1997). De outro modo, o enunciado é “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (p. 99). O autor propõe que é essa função que precisa ser descrita, “em seu exercício, em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza” (p. 99).

Não há enunciado que não reatualize outros enunciados; ele se delinea em um campo enunciativo, em um campo de coexistências, onde há distribuição de funções e papéis, com efeitos de série e sucessão (Foucault, 1997). Portanto, os enunciados não são livres, neutros ou independentes. Tampouco, o sujeito do enunciado é o mesmo que o autor daquilo que foi formulado (Foucault, 1997). Segundo Foucault, “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem

querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (p. 109).

Em seu texto “O Sujeito e O Poder”, Foucault (1995a) afirma que teve como objetivo pensar os modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos. Para tal, ele delineou os modos de objetivação que implicam na elaboração de tal processo. O autor observa que “há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e o torna sujeito a” (p. 235). Deste modo, percebemos a importância em se problematizar os efeitos de poder, os regimes de verdade e os regimes de saber imbricados no processo de transformação do ser humano em sujeito.

O poder não pode ser entendido como uma instância ou uma unidade. Ele deve ser compreendido enquanto relações de poder, entre indivíduos ou grupos. As relações de poder implicam em ações de uns que agem sobre ações de outros — enquanto ação sobre ação. Essas ações se induzem e se respondem umas às outras, produzindo efeitos de poder (Foucault, 1995a). Deste modo, as relações de poder não são simplesmente repressivas, negativas ou de interdição. O poder “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social” (Foucault, 1996, p. 8), e que opera através do discurso (Foucault, 2003c). Neste sentido, o poder é carregado de positividade.

A positividade do poder, através das práticas discursivas, produz campos de emergência — que caracterizam as leis de possibilidades e as regras de existência dos objetos designados, nomeados e descritos nos diferentes enunciados (Foucault,

1997). Esse lugar e condição delimitados no e pelo discurso vão produzir valores de verdade, que especificam o que é verdadeiro ou não para um determinado objeto. Desta forma, as práticas constituem regimes de verdade — o conjunto de procedimentos e regras que determinam o que é considerado legítimo ou não (Foucault, 1984) em um dado lugar e tempo. Foucault (1997) afirma que temos que “dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história” (p. 146).

Verificamos, assim, que a verdade, os objetos e os sujeitos não são dados a priori e não são da ordem do natural — diferentemente, são construções históricas que advém das práticas. Do mesmo modo, se os regimes de verdade são instituídos, o conhecimento também é construído, sendo contingencial às práticas que o produzem. O campo de saber no qual o conhecimento está inserido também não existe sem regimes de verdades e práticas que o constituam e legitimem. A possibilidade de determinar o que é verdadeiro e apontar o que é falso instaura efeitos e relações de poder, conferindo ao saber — instituído — posição privilegiada.

Não é possível afirmar que um conhecimento é verdadeiro (Ibañez, 1994) a não ser se contingenciado ao domínio a partir do qual ele se constituiu, ou seja, a partir dos critérios de validação que o tornam legítimo para os participantes desse mesmo domínio. Desta forma, verificamos que o conhecimento é uma construção coletiva (Ibañez, 2004), sendo, também, processual. Assim, as contingências implicadas nesse processo orientam e condicionam as características da sua construção (Ibañez, 1994). Todo campo de saber, como a própria Psicologia Social, tem contingências históricas que orientam a forma como vai eleger, legitimar e tratar

seu objeto, sendo parte e produtora de regimes de verdades e, conseqüentemente, de efeitos de poder (Frezza *et al.*, 2008a).

Segundo Ibañez (1994), não se pode pensar a produção do conhecimento e a constituição do objeto sem se pensar na constituição do sujeito. Neste caso, entendemos que o autor se refere, mais especificamente, ao sujeito do conhecimento. Contudo, pensando nesta questão através de Foucault, poderíamos dizer que o sujeito do conhecimento é necessariamente sujeito do discurso, assim como do saber e das relações de poder (Frezza *et al.*, 2008a). Portanto, as três categorias — sujeito, objeto e conhecimento — estariam necessariamente relacionadas, pois a constituição de uma estaria imbricada ao processo constituinte das outras. Sendo assim, a construção do conhecimento, de si e do mundo são processos que não se esgotam, o que torna necessário com que a própria ação de problematizar também tenha caráter processual e de transitoriedade e, dessa maneira, seja um relançamento contínuo de questionamentos. Foi com esta concepção de produção de conhecimento, que considera necessariamente as contingências e coexistências inerentes à construção, que a presente pesquisa de mestrado buscou se inserir.

Para Foucault (1995b), o sujeito é recente. Ele não existia antes dos séculos XVII e XVIII. Neste período da cultura ocidental, o homem se constitui “ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber” (p. 362). Ou seja, o homem se torna objeto da ciência, objeto do conhecimento. Foucault também ressalta que é vinculado a este marco histórico que surgem as Ciências Humanas, sob determinadas normas impostas pela sociedade industrial. Assim, “o fato do

homem ter se tornado objeto da ciência é um acontecimento na ordem do saber” (p.362).

Neste ponto de nossas reflexões, precisamos retornar aos modos através dos quais os seres humanos tornam-se sujeitos. Segundo Rabinow (Foucault e Rabinow, 1984), para Foucault há três modos de objetivação do sujeito. O primeiro deles se caracteriza por ‘práticas divisoras’; são modos de manipulação que combinam a mediação da ciência e práticas de exclusão — podendo ser espacial, mas sendo sempre social. O sujeito é objetivado por um processo de divisão tanto dentro de si como em relação aos outros. Esse conceito será importante para a análise, uma vez que as políticas de juventude podem ser entendidas como práticas divisoras. O segundo modo de objetivação está relacionado com as ‘classificações científicas’; quando, por exemplo, discursos da vida, do trabalho e da linguagem foram estruturados em disciplinas, com alto grau de autonomia e coerência interna — adquirindo estatuto de ciência. Através dessa forma de objetivação, busca-se compreender o homem cientificamente, como, salientado pelo autor, ocorre na Ciência Natural. Em relação às políticas de juventude, identificamos esse processo nas diversas disciplinas que tomam para si a juventude como objeto, dentre elas estão a Psicologia, o Direito, a Pedagogia. A terceira forma de objetivação, Foucault denominou de ‘subjetivação’. A subjetivação implica na construção de si, ou seja, o sujeito, através de determinadas técnicas, participa ativamente do processo. A subjetivação acontece através de uma variedade de operações nas condutas, nos corpos, nos pensamentos, nas próprias ‘almas’ das pessoas. Essas operações envolvem técnicas de compreensão de si (Dreyfus e Rabinow, 1983) — de governo de si. Portanto, a compreensão dos modos de objetivação do sujeito proposta por Foucault, contribui para a análise dos modos como os jovens são objetivados nas

políticas públicas de juventude; contribuindo, assim, para o entendimento dos modos como essas políticas operam na constituição dos jovens em sujeitos.

Além dos conceitos citados anteriormente, destacamos o conceito de governamentalidade em Foucault (2003b). Ao analisar os problemas específicos da população, o autor dirige a sua atenção para a questão da “governamentalidade”. A população surge como um campo de intervenção, através de técnicas de governo. Destacamos aqui dois aspectos apontados pelo autor a respeito da “governamentalidade”, esta como sendo:

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, (...) a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar de “governo” sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. (p. 303)

Foucault aponta, portanto, os vínculos entre saber, poder e governo — este como ação de governar. Segundo o autor (1995a), governar é estruturar o campo de ação dos outros. Ou seja, dirigir condutas de grupos ou indivíduos, ordenando as probabilidades. Na época clássica, o homem grego se dedicava ao governo de si para aprender a governar o outro (Fischer, 1996). Na atualidade, observamos séries de proposições de práticas e de técnicas para a construção de si, seja através do ensino, da mídia ou de políticas públicas. Desta forma, verificamos um modo de governar o outro que se realiza através de relações de poder, que conduz ao uso de

técnicas de governo de si, e que age nas ações de sujeitos produtivos — produzindo, assim, processos de subjetivação. Deste modo, encontramos “o governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (Foucault, 1995a, p.244), dos jovens, entre outros. O conceito de governamentalidade contribui para visibilizar diferentes formas de governar os jovens, que operam nas políticas de juventude.

Fischer (1996) observa que o processo de subjetivação implica na construção de uma ética, que se dá “a partir de uma complexa rede tecida de ‘técnicas de si’, de reflexão sobre como reger a própria conduta, a partir de um determinado objetivo que se queira atingir” (p. 99). Também, é importante observar que quando Foucault (1995a) descreve o exercício do poder enquanto ações de uns sobre as ações de outros, ele afirma que “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ — entendendo por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (p. 244). Poderíamos dizer que este elemento destacado por Foucault, a liberdade, nos conduz a um aspecto da ética também observado por ele. O autor (2004) ressalta que a ética está necessariamente relacionada à constituição de sujeitos capazes de se apropriarem dos próprios destinos, ou seja, livres, dentro de um campo de possibilidades, que agem e respondem a ações diversas. Deste modo, a dimensão ética proporciona a potência da resistência, possibilita sair da latência e recusar a imposição de determinados modos de agir, criando alternativas para outros e diferentes modos de ser e de pensar (Frezza *et al.*, 2008a).

Outro conceito importante de Foucault (2003a) é o de “acontecimentalização”, que o autor descreve como processo de ruptura de evidências, “sobre as quais se apóiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas” (p. 339). Movimento que busca localizar as conexões, as relações de força, as referências, as estratégias que produzem o que “funcionará como evidência, universalidade, necessidade” (p.339). Desta forma, retornamos ao que destacávamos anteriormente, ou seja, à afirmação de Foucault de que precisamos nos inquietar diante de determinados grupamentos que para nós se tornaram muito familiares, em outras palavras, que se tornaram evidências ou universalidades. Precisamos, então, ‘acontecimentalizar’ esses grupamentos, os fatos de discurso, seus enunciados, os regimes de verdade e saber, as relações de poder, nossas práticas, os modos de governar e governar-se — enquanto sujeitos subjetivados, contudo livres e éticos. Desta forma, buscamos operar com os conceitos aqui destacados para prosseguir com a investigação e análises.

3.2 CAMINHOS INVESTIGATIVOS

O problema, segundo Foucault (1997), não consiste em saber o porquê do surgimento de um determinado discurso, mas sim as condições de emergência, de inserção e de funcionamento desse discurso. Para isso, o autor desenvolve uma análise que busca definir as regras de formação de um conjunto de enunciados, manifestando, dessa forma, “como uma sucessão de acontecimentos pode, na

própria ordem em que se apresenta, tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber elaboração em conceitos e dar a oportunidade de uma escolha teórica”(p. 191).

Foi com essa proposta de análise que buscamos fundamentar a problematização que desenvolvemos nesta pesquisa. Ou seja, procuramos analisar como os jovens se constituem objeto de investimento e interesse de políticas públicas de juventude em duas modalidades de projetos de educação de jovens. Buscamos, assim, definir o regime de regras ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação do objeto juventude nessas propostas. Para o desenvolvimento das análises, tivemos como estratégia definir o sistema de prescrição para esses jovens, as suas formas de sucessão, de simultaneidade, de repetição, de institucionalização, enquanto objeto do discurso.

Foucault também observa a fragilidade da autonomia da unidade discursiva, tomando como exemplo o livro. A obra não se origina ou se encerra em si mesma, ela está sempre ancorada em uma rede discursiva, estando atrelada a outras obras, outros livros e textos. Contudo, “mesmo entendida como feixe de relações, [a unidade] não pode ser considerada como idêntica” (Foucault, 1997, p. 26). Da mesma forma, consideramos que documentos de políticas públicas, mesmo que sejam unidades materiais, se constroem a partir de uma rede complexa de discursos e, assim, são unidades variáveis e relativas. Ao analisarmos os documentos de que dispomos, sejam manuais, avaliações ou os relatos dos gestores e executores dos projetos, devemos entendê-los como efeitos e deflagradores de efeitos dentro de uma rede discursiva. Dessa forma, procuramos analisar o discurso não como uma

unidade fechada, mas enquanto multiplicidade de enunciados possíveis num campo de coexistências.

Para a realização dos objetivos desta pesquisa, investigamos dois programas de políticas públicas de juventude, ambos de abrangência nacional. Um desenvolvido pelo governo do Brasil e outro desenvolvido pelo governo da Inglaterra. No caso brasileiro, focamos o estudo em experiências desenvolvidas a partir do programa do governo na cidade de Porto Alegre, RS. No caso inglês, focamos o estudo em experiências do programa desenvolvidas no Condado de Northamptonshire.

Iniciamos a investigação com o projeto brasileiro em 2006. Escolhemos um determinado projeto de política de juventude lançado pelo Governo Federal, o Consórcio Social da Juventude (CSJ), cujas características estão descritas na seção 4.4. Além de sua orientação descentralizadora e especificidade no foco juventude, abrangendo questões pertinentes ao trabalho e à educação juvenis, outras circunstâncias nortearam a escolha: o fato de o projeto estar ativo no período do estudo — o que facilitaria possíveis novos contatos com as pessoas envolvidas —, sua abrangência nacional e a importância social relacionada ao mesmo.

Fizemos um contato inicial com a entidade Âncora, a entidade responsável pela coordenação do CSJ - RS, sediada na cidade de Porto Alegre. A partir desse contato, recebemos a indicação de algumas entidades sociais que integraram o projeto, com as quais poderíamos estabelecer diálogos. No fim de 2006, fizemos contato com dez agentes dessas entidades, dentre eles gestores, executores e coordenadores. Durante o ano de 2007 foram trocadas correspondências informais através de correio eletrônico com alguns agentes. A escolha de alguns documentos

para análise foi feita, principalmente, através desses contatos. Dentre esses documentos estavam projetos de proposições de participação no CSJ, planos de trabalho, avaliações parciais e de conclusão das atividades. Recebemos permissão das entidades para o uso do material acessado para fins acadêmicos. Tivemos acesso aos documentos de âmbito nacional através da *Internet*. A utilização de documentos que não estavam ligados diretamente ao CSJ, como o Plano Nacional de Juventude, as leis que dispõem sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, justificou-se, principalmente, em função da discussão desenvolvida anteriormente. Ou seja, que é necessário que façamos a análise levando-se em consideração a multiplicidade do discurso, o seu campo de coexistências e a importância de justapormos diferentes enunciados.

A investigação do projeto britânico foi realizada no primeiro período de 2007, com o apoio da Universidade de Northampton. Contamos com a colaboração de dois importantes centros dessa universidade, a *Division of Psychology* — Divisão de Psicologia — e o *Knowledge Exchange Centre* — Centro de Intercâmbio de Conhecimento. Através deles, realizamos contato com a organização responsável pelo planejamento e execução do *Northamptonshire Millennium Volunteers* (NMV) — projeto investigado. As características do NMV estão descritas na seção 5.1. A equipe do NMV nos cedeu extenso material, onde constam as propostas, objetivos, descrição de projetos desenvolvidos, pareceres e avaliações, dentre outros dados. Do mesmo modo que fizemos em relação ao projeto brasileiro, buscamos outros documentos vinculados a políticas públicas na Inglaterra que contribuíssem para a compreensão do processo de emergência dos enunciados sobre juventude das políticas inglesas.

Em nossas análises, focamos os modos de ser jovem que se estabelecem no conjunto dos documentos e relatos de alguns gestores e executores dos dois projetos com os quais tivemos contatos informais. A análise foi construída a partir da problematização das formas como a juventude é tomada como objeto de política pública nestes dois campos definidos para estudo. Ao optarmos pela investigação de um projeto brasileiro e um projeto inglês, não tivemos como objetivo realizar um estudo comparativo das experiências dos dois países. Tivemos duas motivações principais para tal percurso. A primeira foi exercer um certo afastamento, que fosse capaz de operar como dispositivo que colocasse em questão o que está fortemente instituído em nossa sociedade e que pudesse contribuir para possíveis rupturas de evidências. Buscamos, também, elementos que configurassem evidências de uma determinada época, universalidades, cadeias globalizantes, efeitos da contemporaneidade, de certos modos de ser jovem. Procuramos, assim, acontecimentalizar as condições de emergência dos jovens enquanto objeto de políticas de juventude.

Relativamente às discussões desenvolvidas no processo de investigação do CSJ, do NMV e do conjunto de enunciados das políticas públicas no Brasil e na Inglaterra, tomamos como indicadores de análise três eixos principais em relação às juventudes: o trabalho voluntário, as vulnerabilidades e o trabalho formal. A partir desses três eixos foi possível elencar outros 'acontecimentos' referentes à juventude foco das políticas que foram profícuos para a análise proposta. Ao longo do processo de análise, foi necessário avançarmos e aprofundarmos em temas que não haviam sido previstos no projeto inicial. Isto se deu em razão das especificidades encontradas nos direcionamentos das políticas públicas de juventude dos dois países em questão. Dessa forma, precisamos recorrer a novos conjuntos de aporte

teórico. Lançamos mão de uma série de artigos disponíveis em revistas eletrônicas de autores como Sposito, Castro, Abramovay, entre outros. Buscamos suporte teórico, também, em outro conjunto de obras, de autores tais como Bauman, Castel, Lazzarato e Negri, UNESCO.

Pensamos que, por meio deste conjunto de análises, foi possível pôr em questão como o jovem dos projetos vem se constituindo como objeto de políticas públicas, no Brasil e na Inglaterra. E, assim, foi possível falar de relações e de processos mais coletivos que destacam os modos como, na contemporaneidade, se constroem determinadas universalidades de juventudes.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

Nos últimos anos, no Brasil, tem havido maior investimento em programas de políticas públicas de juventude (Sposito *et al.*, 2006; Sposito e Corrochano, 2005; Sposito e Carrano, 2004; Tommasi, 2004; UNESCO, 2004; Lima e Minayo, 2003). Esses programas visam instituir projetos que, de forma geral, objetivam resolver problemas enfrentados por parcelas da população jovem em sua inserção na ordem social vigente — como aqueles relacionados ao acesso à educação, à saúde e ao trabalho; ou referentes a situações caracterizadas como em ‘conflito com a lei’. São programas variados em seus enfoques, estratégias, objetivos e modelos. Mas, de modo geral, percebemos uma repetição em seus direcionamentos: tomam como foco a parcela da juventude qualificada como estando em situação de vulnerabilidade social.

4.1 CONTINGÊNCIAS

Estudos recentes sobre ações decorrentes das políticas públicas de juventude no Brasil evidenciam as diferentes práticas desenvolvidas, assim como questões problemáticas (Sposito *et al.*, 2006; Sposito e Corrochano, 2005; Tommasi, 2004;

Sposito e Carrano, 2003; Lima e Minayo, 2003; Castro e Abramovay, 2002a). Segundo esses estudos, há uma grande diversidade de iniciativas, assim como, descontinuidades e contradições na execução de projetos em diferentes contextos. Uma, dentre as muitas limitações na organização dos programas, destacada pela UNESCO (2004), é a forma desarticulada com que são planejados e implementados, fazendo com que não tenham uma visão geral e, assim, percam a dimensão de conjunto. Com muita frequência, os programas são setorizados em focos específicos, como educação, emprego, saúde, atividades culturais, atividades esportivo-recreativas e outros (UNESCO, 2004). Uma possível ponderação está relacionada ao fato de que a setorização das iniciativas possa comprometer os resultados das mesmas, reduzindo o campo de ação.

Outro aspecto observado pela UNESCO (2004) é a centralização da gestão de políticas públicas de juventude no nível federal. Esse direcionamento pode ter como consequência a desconsideração da experiência, das limitações, das potencialidades e do conhecimento das instituições locais que trabalham com os jovens — o que pode, ainda, minimizar a complexidade dos problemas e reduzir a potencialidade para a superação dos mesmos (Frezza *et al.*, 2008a). Por outro lado, destacamos que iniciativas mais recentes, no campo das políticas públicas, apresentam tendências mais descentralizadoras (UNESCO, 2004) — orientação prevista para o Consórcio Social da Juventude (CSJ), uma vez que fomentou integrar entidades locais que já realizavam projetos sociais na comunidade no processo de elaboração e desenvolvimento das ações do projeto.

Por último, a UNESCO (2004) constata que os jovens que mais se beneficiam com os programas de políticas públicas são aqueles mais integrados socialmente,

não atingindo, ou atingindo de forma pouco expressiva, aqueles cujas necessidades são, possivelmente, maiores. Verificamos este fato na fala de um dos coordenadores de uma das entidades executoras que integrou o CSJ na cidade de Porto Alegre, quando ele nos explicou o modo como os jovens foram selecionados para participar das atividades desenvolvidas pela instituição de que fazia parte. Para a primeira edição, os jovens que tiveram acesso ao projeto tinham uma relação estreita com a entidade: ou já participavam de outros projetos desta entidade ou eram filhos de integrantes da mesma. Para o segundo módulo, os jovens que foram selecionados faziam parte da lista do programa Fome Zero¹. Nos dois momentos relatados, constatamos que os jovens participantes já faziam parte de uma rede de amparo social, mesmo que limitada.

Uma declaração feita por uma gestora de outra entidade executora corrobora a avaliação feita pela UNESCO. Conforme observado por ela, o CSJ tinha como um de seus objetivos o incentivo à educação continuada dos jovens. Desta forma, para participar do projeto, o jovem deveria apresentar atestados de frequência escolar. Segundo a reflexão da gestora, aí residiria uma contradição, uma vez que jovens fora da escola estariam impossibilitados de se beneficiar do projeto. Essa tensão também foi evidenciada em outra pesquisa (Fernandes *et al.*, 2006). Os coordenadores do projeto social, investigado por Fernandes *et al.*, compreenderam que a exigência de matrícula escolar dos jovens candidatos ao projeto caracterizava um fator de exclusão. Em que pese os esforços empreendidos nos programas,

¹O Fome Zero é um programa criado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003. Por meio da articulação com diversos ministérios, “o governo federal articula políticas sociais com estados e municípios e, com a participação da sociedade, implementa programas e ações que buscam superar a pobreza e, conseqüentemente, as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável”. (Disponível em <http://fomezero.gov.br/o-que-e>. Acesso em jul. 2008).

percebemos as dificuldades que jovens mais distantes das redes de amparo social têm para serem contemplados pelos projetos de políticas públicas.

4.2 DIRECIONAMENTOS

Sobre o direcionamento dado aos programas, Sposito *et al.* (2006) observaram a presença de modelos com três perfis gerais. Os programas podem ter tendências mais democráticas, com características participativas, ou podem, simplesmente, traduzir-se por práticas assistencialistas. A terceira feição apontada pelos autores é a de os programas se revelarem como forma de controle do Estado. De forma semelhante, Tommasi (2004) também fez considerações sobre o encaminhamento dado aos programas de políticas públicas de juventude. Em suas considerações, a autora observou os objetivos dos programas e o papel reservado ao jovem. Segundo ela, os programas podem ser divididos em três eixos:

(i) repressão e controle social. O objetivo principal desse tipo de programa seria promover a segurança, realizando ações preventivas para reduzir situações de risco. Neste caso, o jovem é considerado e tratado como um problema: causador ou vítima de violência;

(ii) mobilização social dos jovens. A atuação do jovem, nesse contexto, estaria mais direcionada para a participação político-partidária;

(iii) integração social dos jovens. Nesse tipo de programa, o jovem seria incentivado a desenvolver ações que promovam a melhoria das condições da comunidade. Segundo a autora, nesse caso, o jovem é considerado um agente de desenvolvimento.

A caracterização dos jovens que participam dos programas e projetos de políticas públicas prioriza diferentes critérios, tais como: a situação econômica e social dos jovens e familiares; o acesso ou não a bens culturais, sociais e educacionais; a faixa etária; uma possível situação de conflito com a lei; e dificuldades de inserção no mundo do trabalho. Baseados em tais critérios, os projetos e programas parecem tentar englobar os jovens ditos em vulnerabilidade social (Frezza *et al.*, 2008a).

Ao optarem por uma determinada linha de orientação — e, principalmente, ao definirem o contingente de jovens atendidos, os objetivos perseguidos, as estratégias aplicadas, o papel reservado ao jovem e as soluções buscadas —, os programas de políticas públicas circunscrevem discursos sobre juventude, que definem, também, circunstâncias juvenis e modos de viver dos jovens.

Sposito *et al.* (2006) destacaram a implicação existente entre as políticas públicas e a sociedade como um todo. Segundo os autores, os programas sofrem efeitos das concepções de juventude elaboradas pela sociedade, da mesma forma que esses mesmos programas provocam efeitos nas imagens que a sociedade constrói desses jovens. Entendemos, ainda, que os efeitos não se limitam às concepções sobre juventude. Nesta rede de efeitos, onde estão inseridas as políticas públicas e a sociedade, se constroem modos de ser jovem e modos de relacionar-se com os jovens. Sendo assim, as ações de políticas públicas de

juventude podem tanto contribuir para criar novos sentidos e práticas para e pelos jovens, como podem, simplesmente, reforçar as concepções e modos de viver dominantes reservados à juventude dita em maior vulnerabilidade social.

4.3 PRIORIDADES

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos jovens, o acesso a postos de trabalho é apontado como particularmente crítico, sendo o índice de desemprego entre eles muito superior ao índice entre adultos. A defasagem existente entre as condições educativas, expectativas de realização e expectativas de inserção no mercado de trabalho explicitam algumas das dificuldades enfrentadas pela maioria dos jovens (UNESCO, 2004). Estes dados evidenciam um forte imbricamento de temas como juventude, educação e trabalho — importantes eixos das atuais políticas públicas.

O processo de formação profissional não se restringe ao espaço e tempo dos cursos formais de capacitação, técnica ou acadêmica. Dito de outro modo, é difícil precisar quando se inicia ou termina o processo de formação profissional. Muitos são os fatores que incidem nesse processo. Dentre esses fatores, destacamos dois (UNESCO, 2004) que evidenciam a condição dita fragilizada da maioria dos jovens e que, por assim dizer, autorizam a preocupação em se implementar programas de políticas públicas voltados para a educação profissional da juventude. O primeiro desses fatores de influência no processo de formação profissional é a constante

defasagem entre as exigências demandadas pelo mercado formal de trabalho e a capacidade da sociedade de instrumentalizar os jovens com o conhecimento, as habilidades e as atitudes necessárias para se tornarem aptos para responder a essas demandas. O segundo fator, agravante para as condições de trabalho da juventude, é o menor grau de articulação institucional e política dos jovens, se comparado ao grau de articulação dos adultos.

Deste modo, um estudo sobre programas de políticas públicas de juventude, realizado no período entre 2001 e 2004, constatou que mesmo que as questões relativas ao trabalho juvenil não estivessem entre as modalidades principais de atividades mais freqüentes dos programas e projetos, aspectos e condições sobre a inserção dos jovens no mundo do trabalho compunham o grupo dos cinco objetivos mais citados e previstos (Sposito *et al.*, 2006). Os autores observaram que isso ocorreu em programas que tinham como focos principais o esporte, a cultura e a inserção social.

Esse estudo também observou que o mesmo ocorre com o tema da participação ou protagonismo juvenil. Isso significa que programas focados em determinadas modalidades (esporte, cultura ou inserção social) estariam se propondo a cumprir diferentes metas (participação e trabalho juvenil) que não estariam necessariamente vinculadas às suas áreas específicas (Sposito *et al.*, 2006). Essa tendência revela um aumento da importância que esses dois focos, a participação juvenil e a inserção dos jovens no mundo do trabalho, têm assumido nos programas de políticas públicas de juventude (Frezza *et al.*, 2008a).

Um terceiro aspecto que tem assumido cada vez mais importância no contexto das políticas públicas no Brasil é o voluntariado. O poder público tem

investido no sentido de engajar os jovens em ações de voluntariado com o objetivo de promover a cidadania da juventude. No Brasil, um crescente número de escolas tem incluído em seus programas curriculares atividades de voluntariado (Carvalho e Oliveira, 1998). Segundo Carvalho e Oliveira (1998), o voluntariado tem passado por um processo de transformação, onde a tradição religiosa tem dado lugar a uma participação cidadã. A participação cidadã está associada à idéia de que garantir os direitos humanos e sociais não é somente atribuição do Estado, mas de todos os setores que compõem a sociedade (Campos e Sousa, 1999). Nesse contexto, o exercício da cidadania implica em assumir uma participação múltipla e cotidiana na administração das cidades no sentido de melhorar a qualidade de vida em comum, agindo em diferentes segmentos comunitários, no bairro, na escola, no hospital, entre outros (Carvalho e Oliveira, 1998).

Considerando-se, ainda, o contexto da formação profissional dos jovens, a importância da aquisição de habilidades com tecnologias da informação e comunicação (TICs) tem sido largamente difundida e reconhecida como fator que amplia as chances de inserção no mercado de trabalho. Assim, já se tornou lugar comum afirmar que as TICs proporcionam inovação, vantagens e oportunidades aos seus usuários. A utilização desta ferramenta tem sido estimulada na formação de jovens, através de projetos de inclusão digital que fazem parte da agenda das políticas públicas de juventude (Frezza *et al.*, 2008a).

O Consórcio Social da Juventude (CSJ) é um programa do Governo Federal, que emerge em 2005 a partir do contexto exposto anteriormente. Também neste ano, começava em Porto Alegre a experiência de outro programa, o Programa

Nacional de Inclusão de Jovens² (ProJovem). No final de 2007, o Governo Federal unificou vários projetos voltados para a juventude, integrando-os ao ProJovem, inclusive o CSJ.

4.4 PROJETO BRASILEIRO EM FOCO: O CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE

O Consórcio Social da Juventude (CSJ) foi um projeto criado a partir do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego. Este projeto previu a parceria e a articulação da sociedade civil organizada (instituições de ensino, órgãos públicos, empresas, entidades sociais e órgãos de representação dos trabalhadores) para a elaboração e execução das ações do projeto (2005a). No Estado do Rio Grande do Sul, o CSJ teve a sua primeira implementação em 2005 e seguiu com uma nova edição em 2006. Recentemente, no fim de 2007, o CSJ foi integrado ao ProJovem, na ação do Governo Federal de unificação dos programas de juventude, compondo o ProJovem Trabalhador (Brasil, 2008).

² O ProJovem, implantado em 2005, faz parte da Política Nacional de Juventude do Governo Federal. Após ter passado por mudanças em 2007 e 2008, atualmente a gestão e a execução do programa são realizadas através da conjugação de esforços da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Trabalho e Emprego e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Uma das especificidades do ProJovem é ser direcionado a parcelas da juventude que não concluíram o ensino fundamental. (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm. Acesso em set. 2008)

Dentre as justificativas do CSJ, ressaltamos a fragilidade no atendimento das redes de apoio aos jovens na área de saúde, habitação, educação, orientação legal e alimentação (Brasil, 2006). Este projeto tinha como objetivo geral oferecer apoio e orientação a jovens considerados em situação de vulnerabilidade social, inclusive no sentido de esses jovens terem mais acesso a outras políticas públicas. Alguns dos objetivos específicos foram: a formação profissional dos jovens; o desenvolvimento da cidadania; o fortalecimento das redes de proteção dos jovens; e o desenvolvimento de estudos e pesquisas referentes à juventude. Destacamos que a inserção dos jovens no mundo do trabalho foi um de seus principais objetivos. Desta forma, as atividades visavam promover oportunidades de inserção para os jovens em atividades produtivas geradoras de renda, na forma de emprego, trabalho autônomo, trabalho associativo ou auto-gestionário. O CSJ tinha como meta inserir um mínimo de 30% dos jovens participantes no mercado de trabalho. Uma das proposições do projeto era a de atribuir significado ao universo do trabalho, buscando, assim, provocar nos jovens o exercício de produção de novos sentidos para o trabalho (Brasil, 2006).

Em cada edição do CSJ, o jovem participava das atividades por um período de cinco meses, durante o qual recebia auxílio financeiro para viabilizar sua permanência no projeto. O projeto ofereceu aos jovens participantes módulos de qualificação básica (inclusão digital; valores humanos, ética e cidadania; educação ambiental, saúde e qualidade de vida; promoção da igualdade racial e equidade de gênero; ações de estímulo e apoio à elevação da escolaridade; empreendedorismo) e módulos de qualificação específica, que incluía o aprendizado de uma profissão. Essas atividades contabilizavam um total de 400 horas. Também estava previsto que cada jovem realizasse 100 horas de trabalho voluntário (Brasil, 2006; 2005a).

Para a implementação do projeto, a estrutura organizada do CSJ na cidade de Porto Alegre foi composta por uma Coordenação Executiva, um Conselho Gestor, um Conselho Executivo, um Centro da Juventude, uma Ouvidoria Jovem, a Entidade Âncora, Entidades Executoras e Entidades Transversais.

A cada edição, realizava-se nova escolha das entidades sociais para integrarem o CSJ. A estrutura diversificada e descentralizadora do projeto permitiu que o planejamento, a gestão e a execução das ações ficassem sob a responsabilidade de organizações locais, mesmo que seguissem diretrizes básicas previamente definidas por órgãos federais. Assim, todas as atividades referentes à realização do projeto foram planejadas, geridas e executadas por várias entidades pertencentes a diferentes categorias e localidades.

As Entidades Executoras eram responsáveis, como o próprio nome indica, pela execução em si do projeto. Elas trabalhavam diretamente com os jovens; organizavam e, em geral, promoviam os cursos oferecidos a eles. Elas é que determinavam, inclusive, a qualificação específica que seria oferecida aos jovens, de acordo com sua experiência e familiaridade com as comunidades em que estavam inseridas. As Entidades Transversais funcionavam como suporte para as Entidades Executoras e Âncora. Elas atuavam em determinados focos. Um exemplo de entidade transversal foi a Fundação Pensamento Digital (FPD). Como muitas entidades executoras não tinham a qualificação pessoal ou material para fornecer aos jovens o curso de inclusão digital, a FPD foi contratada para oferecer os cursos aos jovens. Outro exemplo, apontado por uma das gestoras do CSJ-RS, foi o Portal da Juventude. Esta foi uma entidade transversal que forneceu suporte mais individualizado aos jovens. O Portal da Juventude, composto por uma equipe

multiprofissional, buscou inserir os jovens numa rede mais ampla de políticas públicas de acordo com as necessidades individuais de cada jovem, que variavam desde aspectos legais, educacionais, psicológicos e de saúde. A Entidade Âncora, dentre outras atribuições, tinha o papel de, através de uma coordenação pedagógica, tecer a rede entre as diferentes entidades que integravam o CSJ. Segundo um de seus integrantes, havia a preocupação de respeitar a diversidade das entidades.

5. EXERCÍCIO DE AFASTAMENTO: INVESTIGAÇÃO DE UM PROGRAMA INGLÊS

A preocupação com os modos de viver dos jovens faz parte da agenda de pesquisadores, profissionais diversos e políticos na Inglaterra. Programas de políticas públicas de juventude têm sido desenvolvidos nesse país há décadas, com diferentes direcionamentos e abordagens.

Na década de 60, Musgrove (1964) apontava a juventude como sendo um grupo oprimido e sem apoio para se integrar à sociedade. As políticas públicas de juventude implementadas na Inglaterra, durante os anos dos governos do partido Conservador — grande parte das décadas de 60, 70, 80 e 90 —, parecem ter agravado o processo de exclusão dos jovens (Williamson, 2005). As políticas de juventude durante os anos 60 e parte dos anos 70 tinham como orientação a não-intervenção (Schur, 1973). Situação que parece ter se polarizado ainda mais nos anos 80 e 90, quando essa orientação se igualou a uma ‘indiferença maligna’ (Drakeford e Williamson, 1998). Neste período ocorreram vários cortes ou recusas de investimentos em ações direcionadas para os jovens — por exemplo, nas áreas da seguridade social, educação, moradia e da justiça. Segundo Williamson (2005), este período contribuiu para a emergência progressiva de uma população jovem ‘excluída socialmente’.

Mais recentemente, programas de políticas públicas de juventude têm sido desenvolvidos nesse país com o objetivo de reduzir as dificuldades enfrentadas pelos jovens, além de instrumentalizá-los para serem efetivamente mais

participativos. Entre outras razões, essa preocupação e iniciativas justificam-se pelas diferenças existentes entre os níveis de qualidade de vida dos jovens nas diferentes regiões inglesas (Matthews, 2001). Os jovens ingleses enfrentam uma mistura de problemas, como pobreza, desemprego, criminalidade, problemas de saúde, gravidez precoce, dificuldades com os estudos e falta de perspectivas (Matthews, 2001).

Ao assumir a liderança do país, no fim da década de 90, o governo Trabalhista elaborou políticas de juventude que tinham como fundamento, pelo menos retoricamente, aspirações em torno da inclusão social, cidadania ativa, educação e segurança da comunidade. O que, segundo Williamson (2005), sugeria uma demanda de investimentos em políticas de juventude direcionadas, principalmente, para o foco das necessidades daqueles jovens considerados mais vulneráveis e mais excluídos socialmente.

Lister, Smith e Cox (2005) argumentam que muitas das novas tentativas para promover a cidadania entre os jovens servem somente para reforçar a exclusão, ao classificarem os jovens como 'deficientes' em termos de sua potencial apatia e descompromisso político e social. Algumas críticas direcionadas aos programas de políticas públicas de juventude na Inglaterra observam o fato de que eles possam não atingir os jovens mais excluídos socialmente (Williamson, 2005) e que muitos profissionais que lidam com os jovens não têm a formação adequada para trabalhar com determinadas questões (Yates, 2005).

Em 1998, o governo lançou o *New Deal*, um programa de política de juventude, que foi muito criticado por não ter atingido os jovens em situação de maiores desvantagens sociais, possivelmente, por ser pouco flexível. Este programa

também foi considerado muito autoritário, pois teria intensificado, na área da justiça, ações punitivas e coercitivas direcionadas aos jovens (Williamson, 2005).

Essas críticas parecem ter repercutido no âmbito governamental, uma vez que estratégias recentes destacam a necessidade de facilitar e ampliar o acesso de determinados grupos de jovens aos serviços disponibilizados pelo governo. Essas estratégias apontam, ainda, a importância de se qualificar melhor os profissionais que atuam nos programas, no sentido destes poderem corresponder melhor às necessidades e expectativas da juventude (Department for Children, Schools and Families, 2007a).

Stanley (2005) destaca a condição dos jovens que se refugiam na Inglaterra. O autor adverte que as políticas negam a esses jovens o acesso a certos direitos e serviços baseados na idade, no status de migração e na situação do país de origem. Ao analisarmos documentos (Department for Children, Schools and Families, 2007a, 2007b, 2007c) gerados pelo Departamento para as Crianças, Escolas e Famílias — principal instituição governamental em nível federal que delibera sobre questões pertinentes à juventude —, foi possível observar que o tema da imigração e dos possíveis efeitos desta nos modos de viver dos jovens contribui para compor o conjunto das ações propostas. Porém, concordamos que o assunto parece não ser abordado em profundidade nos documentos analisados.

De modo geral, os críticos afirmam que os programas revelam tentativas bem intencionadas, contudo, com recursos humanos e financeiros insuficientes para alcançar resultados que realmente façam diferença (Williamson, 2005). Williamson (2005) pondera que, mesmo sendo alvo de críticas, o governo vem reconhecendo a escala dos problemas que devem ser abordados e ainda busca distinguir e

diferenciar entre grupos diferentes de jovens ‘socialmente excluídos’, uma vez que as dificuldades enfrentadas pelos jovens podem parecer as mesmas, mas as razões para tais dificuldades podem ser variadas — e, portanto, exigem respostas e ações diferenciadas.

A partir de 2000, o governo inglês vem desenvolvendo várias iniciativas e ações direcionadas para crianças e jovens (Social Exclusion Unit³, 2000, 2001a, 2001b; DfEE⁴ e OFSTED⁵, 2001; Every Child Matters⁶, 2003; Department for Children, Schools and Families, 2007a, 2007b, 2008). Desta forma, os documentos acessados abrangem preocupações e ações voltadas tanto para as crianças quanto para os jovens — estes são considerados, em geral, até os 19 anos de idade. De forma genérica, os objetivos definidos visam melhorar a qualidade de vida dos dois grupos como um todo. Contudo, é possível destacar alguns focos das ações. Em relação à juventude, percebemos uma grande preocupação com os jovens identificados como NEET (Not in Education, Employment or Training), ou seja, com aqueles jovens que não estão engajados em atividades caracterizadas como de

³ Social Exclusion Unit é uma unidade criada pelo Primeiro Ministro inglês em 1997, que articula ações com outras unidades e órgãos do governo com o intuito de promover ações inclusivas, objetivando gerar comunidades prósperas e sustentáveis. (Disponível em <http://www.neighbourhood.gov.uk/page.asp?id=630>. Acesso em jul. 2008)

⁴ DfEE — The Durango Foundation for Educational Excellence — é uma organização de caridade sem fins lucrativos, que desenvolve ações com o objetivo de promover excelência em educação, oferecendo suporte a estudantes e professores. (Disponível em <http://www.dfee.net/index.phphttp://www.dfee.net/index.phphttp://www.dfee.net/index.php>. Acesso em jul. 2008)

⁵ OFSTED — The Office for Standards in Education, Children's Services and Skills — é uma instituição criada em 1997. Ela tem caráter independente, não está vinculada a nenhum ministério e trabalha diretamente com o Parlamento inglês. Tem o objetivo de inspecionar e regular serviços públicos oferecidos a crianças e jovens, assim como o sistema de educação e qualificação profissional direcionado a todas as idades. (Disponível em <http://www.ofsted.gov.uk/Ofsted-home/About-us>. Acesso em jul. 2008)

⁶ Every Child Matters resultou de uma iniciativa do governo inglês em 2003, que buscava promover uma rede para debater e analisar os serviços oferecidos a crianças, jovens e famílias. Para isso foi realizada uma ampla consulta às crianças, jovens, pais, cuidadores e funcionários que trabalham com este público. O resultado dessa rede tem gerado elementos para o governo elaborar ações que possam envolver diferentes instituições que oferecem serviços a crianças e jovens – como hospitais, escolas, polícia e grupos de voluntários. Estas instituições devem trabalhar em parceria, dividindo informação, para proteger crianças e jovens, assim como para colaborar para o seu desenvolvimento. (Disponível em <http://www.everychildmatters.gov.uk/aims/>. Acesso em jul. 2008)

educação, de trabalho ou de formação profissional. De acordo com os documentos, muitas das dificuldades vivenciadas por crianças e jovens — como pobreza, uso de álcool e drogas (de membros da família ou da própria criança/jovem), violência, problemas familiares, dentre outras — estão relacionadas com dificuldades que essas crianças e jovens enfrentam para se manter no sistema educacional ou de ingressar no mundo do trabalho (Department for Education and Skills, 2002, 2003; UoN, 2006b; Department for Children, Schools and Families, 2007a, 2007b, 2007c, 2008). Segundo estatísticas do Departamento para as Crianças, Escolas e Famílias (Department for Education and Skills, 2008), ao fim de 2006 na Inglaterra, 10,3% dos jovens entre 16 e 18 anos — cerca de 206.000 jovens — encontravam-se em condições caracterizadas como NEET. Uma das principais metas do governo tem sido desenvolver ações que consigam reduzir este índice.

Dentre o conjunto de medidas adotado pelo governo inglês, está o lançamento, em 2001, do *Connexions* (Department for Education and Skills, 2002, 2003) — um programa de projeção nacional, com a integração de ações entre sete ministérios e que vigora até os dias de hoje. Ele foi criado para oferecer oportunidades de desenvolvimento pessoal, aconselhamento e suporte para jovens entre 13 e 19 anos, especialmente aqueles qualificados como NEET. Portanto, dentre os objetivos estão manter os jovens na educação formal, em treinamento e/ou direcioná-los para atividades profissionais. Conforme descrito em suas premissas, o programa busca promover “o melhor começo na vida de cada jovem” (p. 4), “proporcionando uma transição bem sucedida para a vida adulta” (p. 3).

Além da educação formal e não formal, tem havido investimento em outros focos de políticas, como questões pertinentes à saúde mental, saúde sexual, uso

abusivo de drogas (lícitas e não lícitas), comportamentos anti-sociais e, principalmente, à promoção da ‘cidadania ativa’ (Williamson, 2005). A promoção da cidadania ativa foi intensificada não somente através da implementação da ‘educação cidadã’ nas escolas, mas também através de uma série de iniciativas extracurriculares de voluntariado (Williamson, 2005). Foi neste contexto que foi desenvolvido outro programa de política de juventude, o *Millennium Volunteers* (MV) — programa sobre o qual nos deteremos um pouco mais na seção a seguir.

5.1 PROJETO INGLÊS EM FOCO: *MILLENNIUM VOLUNTEERS*

Como indicado anteriormente, o *Millennium Volunteers* (MV) é um dentre os programas desenvolvidos pelo governo inglês que compõem uma agenda voltada para a inclusão social de jovens em situação de maiores desvantagens sociais na Inglaterra, tendo como principal premissa a promoção da ‘cidadania ativa’ através de práticas de voluntariado.

Após um projeto piloto, iniciado em 1997, restrito a uma determinada região, o MV passou a ser implementado em todo país. A coordenação e execução do programa acontecem no nível regional, sob a administração de organizações selecionadas nos diferentes condados do país. No caso do Condado de Northamptonshire, o programa do MV teve o nome de *Northamptonshire Millennium Volunteers* (NMV) — foco de nossa investigação. O NMV iniciou suas ações em 2000 e em 2006 foi avaliado como o programa com melhor desempenho dentre

todos os MVs da Inglaterra. Em 2007, o NMV passou por um período de transição e atualmente ele compõe outro programa, o *Northamptonshire Voluntary Youth Action*.

O NMV foi, inicialmente, coordenado pelo *Centre for Children and Youth* da Universidade de Northampton (UoN), Inglaterra. Com o decorrer do desenvolvimento das atividades, mesmo mantendo vínculo com a UoN, o NMV passou a se auto-coordenar. A equipe era formada por uma gerente geral, uma coordenadora de projeto, cinco agentes de desenvolvimento (Area Development Officers - ADO), um profissional responsável pelos treinamentos e outro por questões administrativas. Portanto, havia um total de nove profissionais que formavam a equipe permanente do NMV (UoN, 2006a). O NMV articulava ações com outros programas de políticas de juventude, como o *Connexions*, e também com organizações governamentais e não-governamentais dedicadas exclusivamente ou não à juventude, como o sistema de saúde, a polícia, os bombeiros, associações de jovens e a universidade — incrementando, assim, uma rede de programas de políticas públicas que realizam ações em parcerias.

O foco do NMV foi a promoção da ‘cidadania ativa’, estimulando o engajamento de jovens em ações voluntárias. Os ADOs — ou seja, os agentes de desenvolvimento — formavam o canal principal entre os jovens e o NMV. Cada ADO era responsável por uma determinada região do Condado. O ADO buscava fazer o primeiro contato com o jovem e o acompanhava ao longo do desenvolvimento das ações. Esse contato podia ser feito através de escolas, associações de jovens, organizações de atendimento para jovens ou qualquer outra instituição que pudesse facilitar esta aproximação. Por outro lado, muitas vezes, era o próprio jovem que procurava o NMV.

Os projetos de voluntariado, facilitados pelo programa, não seguiam um cronograma único ou pré-determinado. Contudo, era esperado que os projetos fossem concluídos no período de um ano, ou de dois anos no caso de jovens que tivessem problemas de aprendizado ou outras dificuldades. Os projetos eram determinados a partir do planejamento realizado pelos próprios jovens e, necessariamente, pelas contingências que envolviam os projetos desenhados por eles. Na etapa inicial, o jovem que se interessava em participar do NMV era questionado sobre que tipo de projeto desejava desenvolver. Com o apoio do ADO, o jovem era incentivado a encontrar outros jovens que tivessem interesses semelhantes e, assim, pudessem desenvolver o projeto em conjunto. Desta maneira, os jovens formavam um grupo gestor, que ficava responsável pelo encaminhamento e realização do projeto. Sendo assim, os jovens tinham a possibilidade de decidir os objetivos, o local, a duração, a temática e as estratégias das ações. Eles eram responsáveis pela idealização, pelo planejamento, pela coordenação e pelo gerenciamento do projeto. Uma exigência do NMV era que o projeto dos jovens beneficiasse a comunidade. Deste modo, os jovens precisavam pontuar uma necessidade da comunidade na qual desejassem desenvolver o projeto.

O financiamento do NMV teve três tipos diferentes de fontes. O pagamento dos nove integrantes da equipe permanente do programa era feito parte pelo governo nacional e parte pelo governo local. Os projetos desenvolvidos pelos jovens eram realizados com financiamento “externo” ao programa. Isto significa que os jovens também tinham a tarefa de buscar financiamento para realizar os próprios projetos. Para essa iniciativa, eles contavam com o suporte dos ADOs. Os jovens contatavam diferentes setores da comunidade que com frequência colaboram com

iniciativas sociais — como agências de fomento, organizações de caridade, órgãos públicos e o setor privado — na busca de verba para os seus projetos.

Ao longo do processo de desenvolvimento dos projetos dos jovens, o ADO disponibilizava informação, conselho, orientação e suporte aos jovens para instrumentalizá-los para a realização das ações. O NMV incentivava os jovens a identificar as áreas em que eles precisavam desenvolver competências para a elaboração do projeto. À medida que isso ocorria, o NMV providenciava treinamentos que pudessem responder a essa demanda dos jovens. Caso a equipe do NMV não tivesse as competências necessárias para suprir essa demanda, o ADO buscava em outras organizações da rede de atendimento para jovens a melhor alternativa para responder aos interesses/necessidades desses jovens. Uma meta importante do programa era que a participação do ADO, no projeto desenvolvido pelos jovens, fosse cada vez menos presente, enquanto que a dos jovens fosse cada vez mais independente.

O programa foi inclusivo para todos os jovens de Northamptonshire, com idades entre 16 e 24 anos, mesmo que as ações buscassem atingir, principalmente, jovens que nunca tivessem exercido atividades voluntárias e aqueles que fossem considerados mais vulneráveis à exclusão social. Dessa forma, havia uma diversidade entre os jovens participantes: jovens mães e pais; jovens portadores de necessidades especiais (referentes à saúde mental e física); jovens de regiões rurais; jovens estudantes e universitários; jovens em condições de NEET (jovens que não estão engajados em atividades caracterizadas como de educação, de trabalho ou de formação profissional); jovens sem moradia fixa; jovens pertencentes a minorias étnicas, entre outras características. Em 2006, havia em

Northamptonshire, aproximadamente, mais de 65.000 jovens entre 16 e 24 anos e 4.9% do total da população, desta região, eram integrantes de grupos étnicos minoritários. Nesse ano, o NMV deu suporte para 194 jovens em ações de voluntariado, sendo que 8.4% pertenciam a grupos étnicos minoritários. Desde sua implementação até o ano de 2006, mais de 2200 jovens participaram de atividades através do NMV (UoN, 2006a, 2006b).

De acordo com a gerente geral, nos seis anos de existência, o NMV nunca rejeitou um projeto proposto pelos jovens. Segundo ela, alguns projetos não se concretizaram por perda de interesse dos próprios jovens — contudo, não nos foi possível problematizar as condições de emergência dessa perda de interesse dos jovens. Outros projetos precisaram ser adaptados em razão de diferentes contingências e dificuldades encontradas, como a limitação de recursos disponibilizados, características da comunidade, problemas com a contratação de profissionais especializados, dentre outras.

O MV tinha como pressuposto que os jovens poderiam lidar com problemas sociais diversos. Assim, através do desenvolvimento de projetos de ações voluntárias, eles contribuiriam para a transformação da comunidade, tornando-a um lugar melhor para viver e trabalhar. O programa tinha, também, como meta que os jovens tivessem cada vez mais oportunidades para desenvolver diferentes habilidades, ampliar seu potencial, explorar seus interesses, romper com barreiras — fossem elas pessoais, culturais ou discriminatórias.

Para exemplificar, a seguir, indicaremos alguns dos projetos desenvolvidos pelos jovens do NMV (UoN, 2006a, 2006b):

1. Jovens em situação de pobreza, sem-teto, lésbicas, gays, bi-sexuais e de grupos étnicos minoritários, trabalharam juntos no planejamento e desenvolvimento de um show protagonizado por eles mesmos.
2. Uma jovem organizou um projeto de *Street Dance* com o objetivo de integrar, através da dança, um grupo de jovens de diferentes etnias de um determinado bairro.
3. Um grupo de estudantes idealizou um projeto ambiental que consistia na criação de um mini parque para viabilizar aulas práticas de ciência e biologia.
4. 17 jovens de toda a região de Northamptonshire planejaram, organizaram e ministraram uma conferência regional de juventude.
5. Um grupo de jovens, dentre eles sem teto e jovens que não estão engajados em atividades caracterizadas como de educação, de trabalho ou de formação profissional (NEET), elaboraram um projeto de revitalização de uma área abandonada em torno de um canal. Os jovens puderam desenvolver diferentes habilidades que normalmente não desempenhariam. Um dos jovens decidiu retornar aos estudos e planejou fazer uma faculdade.

Durante o período do meu estágio na Universidade de Northampton, pude acompanhar um projeto do NMV em desenvolvimento. Um grupo de jovens, de diferentes etnias, discutia os modos como certas questões da contemporaneidade afetavam os jovens ingleses e, adicionalmente, os modos como essas mesmas questões poderiam afetar jovens de países economicamente menos favorecidos, dentre eles o Brasil. Os assuntos postos em discussão se referiam ao uso de drogas, sexualidade, trabalho, pobreza, meio ambiente, entre outros. O grupo estava se organizando para contatar jovens de outro país para discutirem e realizarem um trabalho em conjunto. Com o meu retorno para o Brasil, não pude acompanhar o desenrolar do projeto.

6. OS JOVENS QUE EMERGEM DAS POLÍTICAS

Ao estudarmos os dois projetos focos desta pesquisa, o Consórcio Social da Juventude (CSJ) e o *Northamptonshire Millennium Volunteers* (NMV), buscamos “acontecimentalizar”, como proposto por Foucault, algumas das universalidades postas aos jovens na contemporaneidade. Deste modo, investigamos documentos dos dois projetos em questão, assim como outros documentos que tratam de políticas públicas nos dois países, Brasil e Inglaterra, além de relatos de gestores e executores dos projetos. Assim, procuramos evidenciar as conexões, as relações de força e as práticas que circunscrevem os regimes de verdade que, por sua vez, constituem o que é legítimo ou não sobre os jovens na atualidade.

Seguindo com a análise dos documentos, identificamos fases distintas em que se observam diferentes processos de elaboração de discursos sobre juventude. Essas fases vão desde a descrição das diretrizes dos programas até a confecção dos relatórios parciais e de conclusão das atividades. Nos documentos, é definido o público-alvo dos projetos, é estabelecido o que é preciso oferecer aos jovens e, também, o que se espera desses e para esses jovens. Essas caracterizações, prescrições e expectativas, portanto, revelam modos de como as políticas têm constituído um discurso sobre o que é ser jovem e o que se espera desse jovem.

Desta forma, os enunciados do conjunto de documentos analisados e os enunciados dos relatos proporcionaram elementos ricos para o estudo proposto. Verificamos, por exemplo, que as políticas de juventude podem se constituir em

‘práticas divisoras’. Evidenciamos isto quando, no contexto brasileiro, o CSJ define claramente grupos de jovens específicos que estão legitimados para participar do projeto, diferenciando-os dos que não precisam participar do projeto. Destacamos, nesse caso, os jovens chamados de vulneráveis — designação também utilizada nos documentos de políticas da Inglaterra. Identificamos diversos discursos, como da Economia, da Psicologia, da Educação, que buscam compreender os jovens e classificá-los de diferentes formas. Tais práticas contribuem para a objetivação dos jovens: aqueles que são vulneráveis, aqueles que precisam trabalhar desde cedo, aqueles que estão excluídos do mundo midiático, aqueles que precisam ser voluntários. Essas formas de objetivação circunscrevem características dos modos de ser e viver dos jovens: elas constituem, portanto, sujeitos jovens. As concepções de juventude elencadas dos discursos produzidos nos documentos se constituíram em importantes indicadores de análise quando problematizados à luz do aporte teórico escolhido. Essas práticas divisoras acabam circunscrevendo um tipo de jovem, principalmente o jovem pobre⁷, como alvo prioritário das políticas públicas.

Destacamos, uma vez mais, que o propósito da presente pesquisa não foi fazer um estudo comparativo das políticas públicas de juventude do Brasil e da Inglaterra. Diferentemente, procuramos visibilizar discursos que fossem constitutivos de sujeitos jovens, que participam dos programas e projetos, que pudessem evidenciar universalidades e objetivações desses jovens na atualidade. Dessa forma, a análise não separou, em dois grupos diferenciados, os documentos referentes aos países em questão. Todos os documentos e relatos foram

⁷ Ao longo da presente dissertação, fazemos referência ao jovem pobre e à juventude pobre. Queremos expressar, com esses termos, os conjuntos de jovens cuja renda é baixa ou quase nula. Fazemos, assim, uma relação com a situação econômica desses jovens.

considerados como um único conjunto de elementos que serviu para o desenvolvimento das análises.

Os três eixos principais de análise foram: juventude voluntária; juventude vulnerável; e juventude trabalhadora. Desse modo, dividimos o capítulo de análises em três seções, onde cada uma corresponde a um dos eixos. No processo de análise, elementos específicos a cada eixo permitiram novas problematizações, como desenvolvemos a seguir.

6.1. JUVENTUDE VOLUNTÁRIA

O voluntariado está presente nas políticas públicas de juventude de diferentes formas. A prática voluntária se dá tanto na dimensão organizativa e executiva dos programas, quanto na composição e desenvolvimento dos objetivos. Ou seja, há organizações sociais de voluntariado que contribuem para o planejamento e execução dos programas e projetos. Do mesmo modo, a prática voluntária compõe o grupo de objetivos traçados para os jovens participantes dos programas. Esta é uma tendência que aparece tanto nas políticas brasileiras quanto nas inglesas, o que permitiria a percepção de uma tendência global.

A participação de organizações voluntárias no desenvolvimento de ações de políticas públicas de juventude na Inglaterra está prevista em várias situações (Social Exclusion Unit, 2000, 2001a, 2001b; DfEE e OFSTED, 2001; Every Child

Matters, 2003 Department for Children, Schools and Families, 2007a, 2007b, 2008). As parcerias entre o plano governamental e as organizações voluntárias vão desde arrecadação financeira, administração do dinheiro público, definição de metas e planos, ações diretas com os jovens nos campos da saúde, educação, capacitação, trabalho, social, dentre outras. No Brasil, também verificamos parcerias entre o poder público e organizações voluntárias. Na experiência do CSJ-RS na cidade de Porto Alegre, observamos que algumas instituições que participaram como executoras são organizações sociais que atuam, de alguma forma, na área assistencial, social ou de voluntariado, como o Instituto Leonardo Murialdo, o Centro de Educação e Assessoria Multiprofissional (CAMP), a Fundação Pensamento Digital (FPD) e a Associação Beneficente Amurt-Amurtel. Neste caso, as organizações também contribuíram para o planejamento e a execução dos projetos do CSJ-RS.

Destacamos que entre os objetivos e/ou premissas dos projetos estudados — o CSJ e o NMV — fez-se presente o esforço para se viabilizar e estimular ações voluntárias executadas pelos jovens. Nos documentos referentes a programas de políticas públicas como um todo, tanto no Brasil como na Inglaterra, esta característica também pôde ser apontada. Os discursos, as justificativas, as estratégias e as dimensões dadas a esse direcionamento nas políticas são variados.

De modo geral, são movimentos que configuram uma certa concepção de um determinado sujeito jovem contemporâneo que precisa assumir práticas voluntárias. Justificamos, assim, o alto grau de relevância e investimento que este tema, o Voluntariado, assume na presente pesquisa. Foi necessário, portanto,

aprofundarmos as discussões sobre os diversos discursos que constituem as práticas voluntárias.

Não é possível determinar quando começam as práticas voluntárias na história da humanidade. Por outro lado, pensando foucaultianamente, esta não é uma questão prioritária, uma vez que o mais importante não é buscar a sua origem. Do mesmo modo, observamos que não estamos propondo um estudo histórico-linear dessas práticas. Diferentemente, buscamos acolher os acontecimentos referentes ao voluntariado, suas condições de emergência e funcionamento imbricados no espaço-tempo que elegemos — as políticas de juventude na contemporaneidade.

Uma vez que a presente pesquisa se insere numa perspectiva não essencialista, não podemos tomar o voluntariado como uma instância natural. Deste modo, fez-se importante problematizar as suas práticas. Contudo, estamos cientes de uma possível condição naturalizada que, por vezes, se constrói na rede social. Foi preciso, então, recorrer aos enunciados que possibilitam a emergência do voluntariado no contexto das políticas de juventude. Buscamos desnaturalizar esta prática que nos dias atuais se reproduz de várias formas e em diversas áreas e instâncias — não apenas no Brasil, citamos o Chile (Ríos, 2004; Rojas, 2007), também na América Latina, e a Inglaterra (Department for Children, Schools and Families, 2007a, 2007b, 2007c), na Europa. Lembramos, inclusive, que 2001 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o ano internacional do voluntariado, visibilizando a importância que este tema tem assumido mundialmente.

Conforme observou Foucault (1997), não há enunciados que não reatualizem outros enunciados. Portanto, os enunciados sobre voluntariado presentes nos

documentos estudados estão ali reatualizando discursos vários que possibilitam a emergência do voluntariado na atualidade, constituindo um campo de práticas e coexistências. É essa emergência que buscamos entender — especialmente, na medida em que podem produzir efeitos na constituição de sujeitos jovens e nos seus modos de viver.

Por sua complexidade e diversidade de práticas — por vezes, contraditórias — não é simples estabelecer uma estrutura para se problematizar o Voluntariado. Inicialmente, pensamos em analisar separadamente os diferentes discursos implicados no discurso do voluntariado. Por outro lado, verificamos que esses discursos muitas vezes se confundem, uma vez que repetem e emprestam justificativas e características uns aos outros, além de dividirem objetivos e resultados. Como fazer, então? Buscamos visibilizar as práticas do voluntariado e apontar a reatualização que possam fazer de certos discursos. Para essa proposta, recorreremos a diferentes artigos que abordam o assunto e, com base na metodologia escolhida, analisamos os documentos referentes às políticas públicas investigadas, incluindo relatos de gestores e executores. Desta forma, tentamos evitar uma falsa distinção entre os discursos ou uma categorização artificial. Não foi possível, porém, deixarmos de dividir nossas reflexões em itens, como os que se seguem.

6.1.1 Definições de voluntariado e alguns efeitos

Segundo a declaração da missão voluntária da ONU, dentre os fundamentos do voluntariado estão o comprometimento, o engajamento, a solidariedade e o livre arbítrio. Destacamos, aqui, o fundamento do ‘livre arbítrio’, que é uma característica que enfatiza que o voluntariado é exercido por escolha do próprio voluntário — um preceito, também, do senso comum.

De acordo com a lei nº 9.608/1998 do Governo Federal do Brasil (Brasil, 1998a):

Art.1º- Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada para fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (p. 1)

Uma característica comum presente em diferentes definições de ação voluntária é a que se refere ao fato de que ela deva ser realizada ‘sem fins lucrativos’, como apontado pela lei nº 9.608, ou que não haja intenção de remuneração. Contudo, Teodósio (2001) afirma que a busca por lucros ou remuneração sempre existe, só que seria de uma ordem diferente que a financeira, podendo ser, por exemplo, de ordem religiosa, política, ideológica, afetiva ou profissional. De qualquer modo, já identificamos alguns dos discursos que fazem emergir o voluntariado.

Sobre os dois aspectos das definições que destacamos anteriormente, a questão da escolha pessoal e da desvinculação com algum retorno de ordem financeira, gostaríamos de fazer algumas considerações em relação aos projetos estudados.

Na análise dos documentos referentes ao CSJ, identificamos um estreito vínculo entre a realização do serviço voluntário e o recebimento do auxílio financeiro, o que gerou um certo tensionamento para o projeto. Em diferentes trechos do documento Manual de Implementação Junto às Entidades Sociais (Brasil, 2005a) consta que a realização do trabalho voluntário é condição para que o jovem tenha direito ao recebimento do auxílio financeiro. Desta forma, o trabalho 'voluntário' é obrigatório e implica em retorno financeiro — contradizendo as definições de trabalho voluntário vistas até aqui. Os relatos dos gestores e executores apontaram que alguns profissionais do CSJ-RS, em suas práticas, experimentaram algum desconforto com a tensão gerada. Ao falarem sobre a experiência de voluntariado dos jovens, eles optaram pelo uso de expressões como “ação social” ou “serviço comunitário” no lugar de trabalho voluntário.

No Relatório de Avaliação do II Módulo do CSJ-RS (Brasil, 2006), observamos que a seção 3.2 tem como título “Trabalho Voluntário/Comunitário”. Essa duplicidade de designações pode ser entendida como outro indício da ambigüidade dessa prática no CSJ. Mais detalhadamente, no corpo dessa mesma seção, os autores usaram o termo “Trabalho Comunitário” para tratar do trabalho exercido como exigência do CSJ. Contudo, quando o objetivo foi destacar que a maioria dos jovens, por escolha própria, continuou exercendo esse trabalho após o cumprimento das horas obrigatórias, os autores utilizaram o termo “Voluntariado” —

como se fossem dois grupamentos de práticas distintas e, ainda, como se houvesse dois grupos de jovens distintos: inicialmente, aqueles que realizavam o trabalho comunitário obrigatório; e, num segundo momento, os jovens voluntários.

6.1.2 O mercado e o jovem voluntário

Como afirmamos anteriormente, essa tendência para a formação de jovens voluntários não se restringe ao Brasil. Na Inglaterra, os documentos emitidos pelo Departamento para Crianças, Escolas e Famílias tratam de incentivos nesse sentido, ou seja, esboçam a importância de se articular verbas, pessoal especializado, poder público, setor privado e o terceiro setor para conseguir engajar um número cada vez maior de jovens em atividades voluntárias.

Os projetos ingleses não determinam uma obrigatoriedade, a abordagem consiste em atrair a juventude para se engajar com o voluntariado. Os convites aos jovens são feitos através de diferentes veículos, como nos centros para jovens que disponibilizam os projetos de políticas públicas, nas escolas, nas universidades, em centros de lazer, na mídia, entre outros. O objetivo é atingir todo e qualquer jovem, dos que estão em situação de NEET até os mais articulados socialmente. Uma forma de convencimento é o argumento de que ao exercer atividades voluntárias o jovem estará melhorando o seu currículo e, ainda, que as empresas valorizam cada vez mais candidatos a vagas no mercado de trabalho que tenham se dedicado a

atividades voluntárias — argumentações também freqüentes no Brasil (Teodósio, 2001).

Desta forma, o trabalho voluntário pode inscrever-se como matriz de formação e de relações de trabalho ou como oportunidade de profissionalização (Frezza *et al.*, 2008a). No CSJ-RS, podemos dizer que, em alguns casos, o trabalho voluntário exercido pelos jovens assumiu esse direcionamento, uma vez que em determinadas experiências ele adquiriu caráter de estágio (ASAFOM, 2006; Brasil, 2006), quando o jovem pôde exercitar atividades na qual buscava qualificação. O projeto também estimulou os jovens, através do trabalho comunitário, a se organizarem em associações e cooperativas prestadoras de serviço com o intuito de criarem formas de geração de renda (CAMP, 2006a). Outro encaminhamento, informado pelos gestores, foi o de que alguns jovens foram contratados, ao fim do projeto, pela instituição na qual realizaram o trabalho comunitário. Experiências semelhantes ocorreram no NMV, quando alguns jovens buscaram desenvolver projetos de voluntariado em áreas de interesse nas quais pretendiam desenvolver atividades profissionais no futuro. Ou, mesmo que não tinham este objetivo inicial, acabaram atuando profissionalmente na mesma área em que trabalharam como voluntários.

Nesse contexto, questões referentes ao terceiro setor têm adquirido uma ampla projeção. O setor privado tem se mobilizado cada vez mais para adotar programas de voluntariado e projetos sociais justificados pelo sentimento de ‘responsabilidade social’. Segundo Teodósio (2001), ‘terceiro setor’ é um termo cheio de contradições, que explicaria tudo e nada ao mesmo tempo, sendo de difícil delimitação. Se fazendo necessário, o autor opta pela seguinte definição: “uma

gama variada de organizações que vão desde entidades sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, fundações, projetos sociais ligados a empresas, dentre outras, e tendo como destaque as chamadas organizações não-governamentais” (p.1). O autor observa alguns mitos e problemas associados ao terceiro setor, como a sua capacidade de gerar postos de trabalho e de utilização de mão-de-obra voluntária. Teodósio ressalta que muitas organizações privadas incentivam projetos de voluntariado apenas por modismo. Contudo, aponta vários benefícios gerados para as empresas com o envolvimento de seus funcionários em atividades voluntárias, como o aumento da motivação e do engajamento com o trabalho dentro da própria empresa. Os funcionários também desenvolvem qualidades valorizadas pelo setor privado, tais como, experiência em tomada de decisão, capacidade de trabalhar em equipe, habilidade para perseguir objetivos com poucos recursos, competitividade e criatividade. As parcerias entre as organizações privadas e as comunidades também proporcionam que as empresas aprendam com as comunidades e se aproximem de seus mercados consumidores (Teodósio, 2001). Dessa forma, o setor privado, de modo geral, parece compreender o quanto pode lucrar — e nesse caso, o lucro tende a ser financeiro — ao estimular programas de voluntariado entre os seus funcionários, seja através do aperfeiçoamento do profissional ou através das informações que adquire sobre o seu mercado consumidor.

As discussões no âmbito do voluntariado desenvolvido pelo setor privado são bastante complexas. Procuramos, aqui, entender em que medida os discursos do mercado e da gestão privada podem compor os enunciados de políticas públicas que fazem emergir um certo sujeito jovem, que deve se subjetivar no sentido de exercer ações voluntárias.

6.1.3 O espiritual, o social e o individual

Há uma série de enunciados que se repetem em discursos sobre voluntariado. Esses discursos, a princípio distintos, coexistem e ora apresentam-se como distantes e ora aproximam-se em suas descrições e justificativas.

A ação voluntária foi por muito tempo, e ainda o é, vinculada ao assistencialismo, à caridade e à filantropia — muito em função das ações da Igreja católica e, posteriormente, de outras religiões. No Brasil, desde o século XVI, com as Santas Casas e outras congregações, a Igreja católica manteve organizações, com o suporte do Estado, que desempenhavam iniciativas de assistência a comunidades carentes em questões sociais, como a saúde e a educação (Azeredo e Duncan, 2001). Verificamos, assim, que as parcerias entre o Estado e a sociedade civil — aqui representada pela Igreja católica — não são recentes (Cruz e Guareschi, 2005). Observamos, porém, que essas parcerias já visibilizavam práticas em que o Estado se eximia de prestar certos serviços à sociedade e, assim, delegava para outros setores da sociedade certas responsabilidades.

Há, portanto, uma forte associação entre a religiosidade e o exercício do voluntariado (Ríos, 2007). Por outro lado, adeptas ou não de doutrinas cristãs, como o catolicismo e o espiritismo, muitas pessoas objetivam atingir ‘a perfeição’ pessoal ou espiritual através do exercício do voluntariado (Selli e Garrafa, 2005). Isto se daria pela prática da ‘caridade’, realização de ‘boas obras’, demonstração de ‘amor ao próximo’ e ‘doação de si’.

Segundo Selli e Garrafa (2006), no final do século XIX, alguns católicos desenvolveram uma corrente chamada de 'solidarismo', que pregava a necessidade de transformações estruturais que corrigissem as desigualdades entre os seres humanos. A doutrina social católica e a teoria da libertação estão associadas a esse movimento — da solidariedade entre desiguais (Selli e Garrafa, 2006). Deste modo, o voluntariado tem a premissa de ajudar 'o outro', em geral, 'menos favorecido'. Objetiva-se, assim, a superação das dificuldades e pobreza do 'outro' e pretende-se eliminar 'as vulnerabilidades desse outro que é incapaz de ter voz social'. O sujeito voluntário, neste caso, assume o papel social de ser "porta-voz das aspirações dos segmentos que não possuem voz na sociedade" (Selli e Garrafa, 2006, p.250). Segundo Bengoa (2005), esta modalidade de voluntariado pode ser considerada como uma forma de 'tutelagem', que faz decidir sobre as demandas daqueles que estão menos articulados socialmente. Tratando-se, ainda, de uma negação do exercício da 'liberdade' (Bengoa, 2005). Em alguns casos do CSJ-RS, conforme relatado pelos gestores, os jovens tinham pouca autonomia na definição das diretrizes e gestão do trabalho voluntário que executaram. Esses exemplos visibilizam uma forma de tutelagem, uma vez que não implicavam que o jovem analisasse o contexto social em que sua prática estaria inserida. O jovem seria, portanto, um mero executor de tarefas.

Percebemos, também, uma corrente que enfatiza os benefícios que o exercício do voluntariado traz para o próprio voluntário. Além dos já comentados, acrescentamos a superação de dificuldades pessoais, o autoconhecimento e a elevação da auto-estima — temáticas relevantes para algumas escolas da Psicologia. A coordenadora do NMV nos relatou casos que confirmam essa tendência. Um deles foi a experiência de uma jovem com dificuldades de raciocínio

que antes de ser voluntária no projeto não conseguia estudar, trabalhar ou preparar o próprio alimento. Após a sua participação no NMV, ela voltou a estudar — atualmente estuda Fotografia —, fez cursos para aprender a cozinhar e também passou a trabalhar. Alguns jovens do CSJ-RS, a partir do trabalho comunitário, se sentiram valorizados e mais integrados socialmente (CAMP, 2006d). Relatos de gestores do CSJ-RS destacaram que vários jovens, que a princípio tinham resistência quanto às ações comunitárias, optaram por dar seguimento ao trabalho, mesmo após o término do projeto, por perceberem a importância do seu trabalho e pelo reconhecimento que receberam por parte das instituições em que trabalharam (Brasil, 2006). Nas experiências aqui destacadas, valorizam-se a elevação da autoestima dos jovens e a superação de dificuldades pessoais, ressaltando os efeitos individuais das práticas voluntárias.

Ainda sobre a perspectiva individual, o voluntariado pode ser justificado como forma de ocupação do próprio tempo, o que, de certa forma, se assemelha a alguns enunciados que defendem a necessidade de políticas públicas para a juventude no sentido de ocupar o tempo dos jovens, pois, assim, eles ficariam ‘longe do crime ou das ruas’. O que ressalta o aspecto da governamentalidade em relação ao tempo livre desses jovens e a forma como o voluntariado pode ser transformado em modos de governar e controlar os jovens. Lembramos que no Brasil o conjunto dos participantes dos programas de políticas públicas é composto prioritariamente por jovens pobres. Dessa forma, esse modo de controle estaria direcionado especificamente aos jovens pobres brasileiros. Nesse sentido, destacamos as considerações feitas por Lobo (2003) acerca de possíveis efeitos de algumas práticas promotoras de trabalho voluntário decorrentes de políticas públicas no mundo:

“2001 — Ano Internacional do Trabalho Voluntário” — estratégia global de desvitalização das lutas sociais e de controle das populações do terceiro mundo. Neste contexto, o trabalho voluntário não passa de um eufemismo atual para as práticas de tutela semelhantes ao higienismo e à filantropia, resquícios de um passado ainda presente, esvaziamento do sentido político da solidariedade, cujo efeito mais deletério é o conformismo (p. 312-313).

As duas aparentes polarizações, de um lado o ‘solidarismo’ e de outro uma perspectiva mais individualista, podem apontar para a convergência de uma ‘cidadania privada’ e acrítica — uma cidadania muito mais marcada pelo comprometimento com interesses individuais do que coletivos. Desta forma, o voluntariado poderia expressar uma erosão na crença das realizações no âmbito político e público, sendo investimento de uma autonomia individualista (Rojas. 2007).

6.1.4 Cidadania ativa e voluntariado

O discurso de cidadania tem estado presente nas políticas públicas direcionadas aos jovens. Neste sentido, no Brasil, ganham destaque aquelas cujas diretrizes e propostas tratam de questões referentes à Educação. Incluídas neste cenário, citamos o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Brasil, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB (Brasil, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 1998b, 1998c), o Plano Nacional de Juventude (Brasil, 2004) e, mais recentemente, dois programas, o Consórcio

Social da Juventude — CSJ (Brasil, 2005a) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens — ProJovem (Brasil, 2008).

A partir do aporte teórico (Castro e Abromovay, 2002a, 2004; Ferreti *et al.*, 2004; Sposito e Corrochano, 2005; Bengoa, 2005) e dos documentos consultados, citados no parágrafo anterior, percebemos que o conceito de cidadania está, inicialmente, associado ao conjunto de direitos ‘do cidadão’. Castro e Abromovay (2002a) destacam que o ECA “trouxo um novo ingrediente para a garantia dos direitos e deveres da criança e do adolescente: o conceito de cidadania” (p.24). Segundo Bengoa (2005), o cidadão é o sujeito de direitos e não ter cidadania é não ter condições de desenvolver as capacidades humanas. De acordo com o Plano Nacional de Juventude (Brasil, 2004):

ser cidadão é poder conviver democraticamente em uma sociedade que garanta melhores condições de realização pessoal e coletiva com base nas conquistas alcançadas pela humanidade, sendo-lhe garantindo o acesso à educação, à saúde, ao lazer, aos bens culturais, ao convívio a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. (p. 23)

Políticas mais recentes, não apenas no Brasil, têm dado uma nova conotação ao conceito de cidadania. Este movimento, aparentemente, busca contrastar com uma visão passiva que anteriormente seria dada a este conceito — cidadania apenas enquanto conjunto de direitos. Já era possível visibilizar um certo deslocamento de sentido na LDB (Brasil, 1996). De acordo com esta lei, a educação, dentre outras atribuições, tem o compromisso de preparar o educando para o ‘exercício da cidadania’. Esta composição já emprestaria um caráter ativo ao termo, mesmo que não estivesse claro, no documento, de como se daria esse exercício. O

Plano Nacional de Juventude (Brasil, 2004) prevê a inserção de conteúdos nos currículos escolares que priorizem a consciência participativa, política e cidadã da juventude. O 'exercício da cidadania' também tem sido um dos principais objetivos traçados nos programas de políticas públicas de juventude realizados em parcerias com diferentes setores da sociedade organizada (Fernandes *et al.*, 2006).

Dessa forma, observamos que o sentido 'ativo' da cidadania tem sido intensificado nas políticas e programas voltados para a juventude ao longo da última década. Dentre os objetivos do CSJ estão a promoção da participação cidadã (Brasil, 2005a) e o protagonismo dos jovens (Brasil, 2006). Do mesmo modo que o CSJ (Brasil, 2006), o ProJovem (Brasil, 2008) propõe que os jovens exerçam a cidadania com o desenvolvimento de ações ou trabalhos comunitários. Na Inglaterra, também verificamos esta tendência. Em 2001, o *Connexions* (Department for Education and Skills, 2002) objetivava oportunizar o envolvimento ou cidadania ativa dos jovens. Outros programas ingleses abordam propostas semelhantes para a juventude, como promover sua participação ativa (Department for Children, Schools and Families, 2008) em atividades positivas e estruturadas que formem jovens cidadãos ativos e responsáveis (Department for Children, Schools and Families, 2007), que possam contribuir para a regeneração e melhoria da comunidade (Social Exclusion Unit, 2000). Desta forma, percebemos a importância que as ações comunitárias ou voluntárias vêm ocupando no cenário das políticas de juventude em âmbito mundial.

Na literatura, verificamos que alguns autores abordam questões referentes à cidadania ativa, à participação cidadã e ao protagonismo dos jovens vinculados aos programas de políticas públicas (Campos e Sousa, 1999; Castro e Abramovay,

2002a; Ferretti, Zibas e Tartuce, 2004; Sposito e Carrano, 2003; Zibas, Ferretti e Tartuce, 2006; Lima e Minayo, 2004; Sposito e Corrochano, 2005; Pérez, 2007; Rojas, 2007). Ferretti *et al.* (2004) ressaltam o caráter híbrido que esses conceitos apresentam. Observamos que, com frequência, eles são usados indistintamente e seus significados nem sempre são claros, tanto nos artigos como nos documentos. Não faremos aqui uma análise mais aprofundada do sentido empregado a cada terminologia. Interessa-nos destacar que os enunciados contidos nas políticas públicas de juventude, no Brasil e na Inglaterra, visibilizam práticas que, cada vez mais, investem no sentido de promover jovens mais participativos e ativos em suas comunidades ao serem estimulados para exercer trabalhos voluntários — ressaltando, assim, uma tendência global. Outra questão de interesse é compreender como isso se dá e que efeitos podem ocasionar.

Portanto, a emergência de um discurso que privilegia o voluntariado entre os jovens participantes de programas de políticas públicas se dá exatamente nesse conjunto de práticas que estabelece como objetivos a difusão e o aumento da ‘participação cidadã’ ou da ‘cidadania ativa’. Assim, as políticas públicas justificam esse direcionamento ao enfatizarem os benefícios que as ações dos jovens voluntários trazem para os próprios jovens e para a comunidade como um todo. Esses são argumentos verificados nos contextos brasileiro e inglês.

No caso específico do CSJ-RS na cidade de Porto Alegre, houve investimento nesse sentido. O voluntariado e o trabalho social faziam parte da lista das áreas temáticas optativas das Oficinas-escola (Brasil, 2005a). Em algumas experiências do CSJ-RS, foram produzidos, em sala de aula, questionamentos coletivos sobre o voluntariado com os jovens. As áreas de atuação do trabalho comunitário

desenvolvido pelos jovens abrangeram questões sobre a luta contra a discriminação sexual, saneamento básico, saúde, habitação, educação, esporte, cultura, lazer e economia solidária (Brasil, 2006). Os projetos buscaram estimular a adoção de práticas que viabilizassem a participação dos jovens “enquanto cidadãos em suas comunidades atuando como agentes de transformação de seu meio” (CAMP, 2006a, p.7). Dessa forma, o projeto objetivava o envolvimento e integração dos jovens na vida da comunidade, ao participarem de mutirões, reuniões e conselhos representativos (CAMP, 2006a). Para as ações futuras do CSJ-RS, planejava-se intensificar a parceria com os jovens na elaboração e execução dos projetos sociais nas comunidades (CAMP, 2006d). A partir dessas experiências, verificamos que o CSJ-RS, em alguns casos, estimulou o pensamento crítico dos jovens ao problematizarem o contexto social em que estavam inseridos; e valorizou a capacidade dos jovens de desenvolverem alternativas para melhorarem a própria qualidade de vida e da comunidade.

O programa inglês, o NMV, tinha como objetivo estimular os jovens como um todo a exercerem a ‘cidadania ativa’ através de ações voluntárias (UoN, 2006a). Nesse sentido, o programa esperava que os jovens desenvolvessem consciência dos seus direitos e das suas responsabilidades em relação ao próprio jovem, aos outros e à comunidade. O NMV tinha como princípio ouvir os jovens, acreditando que eles poderiam contribuir significativamente para a promoção da inclusão social, da regeneração da comunidade, da prevenção da criminalidade, assim como lidar com outros problemas que afetassem a comunidade e aos jovens mais diretamente (UoN, 2006a; UoN, 2006b).

6.1.5 Experiência com um dos projetos

Durante o período do meu estágio na Inglaterra, pude acompanhar e contribuir com a etapa inicial do desenvolvimento de um dos projetos dos jovens do NMV. Nesta fase, um grupo de aproximadamente 13 jovens, sob a coordenação de um dos gestores do programa, realizava fóruns para debater problemas sociais que os implicavam e os afetavam enquanto jovens. A discussão era ampliada para os contextos de juventudes de países considerados em desenvolvimento. Temas como sexualidade, drogadição, meio-ambiente, violência, emprego-desemprego, pobreza, política e consumo foram discutidos pelo grupo.

A proposta desses jovens era montar um grupo gestor para entrar em contato com outro grupo de jovens que morassem num país em desenvolvimento para elaborarem estratégias conjuntas com o objetivo de realizarem ações de voluntariado em parceria. Dentre diferentes atribuições, o grupo precisava decidir sobre dois pontos específicos: o país no qual buscariam os jovens parceiros e o foco das ações voluntárias que proporiam desenvolver com esses parceiros. Para fundamentar as escolhas, os jovens realizavam fóruns de discussão, convidavam especialistas de áreas de interesse para participar desses fóruns, buscavam informações em diferentes canais e faziam visitas.

Na reunião em que os jovens decidiram sobre os focos das ações, ficou perceptível a relação de forças entre a direção do NMV e o grupo de jovens. Esta foi a segunda vez que a diretora do NMV participava das reuniões. Ela deixou clara a sua opinião quanto ao tema que deveria ser escolhido: a sexualidade e o aumento

dos casos de HIV positivo entre os jovens — segundo a diretora, o índice de jovens ingleses soro positivo é um dos mais altos da Europa. Contudo, a partir das discussões desenvolvidas nos fóruns e da experiência do grupo até ali, os jovens se sensibilizaram mais com questões referentes à pobreza e ao meio-ambiente. Dessa forma, decidiram por estes dois focos.

Este episódio permitiu a visibilização das relações de força que perpassam as negociações dos projetos dos jovens do NMV. Foi possível perceber que as escolhas dos jovens talvez não se desenvolvam completamente livres da interferência do grupo administrativo do NMV — conforme proposto pelas premissas do programa. Por outro lado, de forma positiva, esse episódio também permitiu-nos verificar que os jovens do projeto tiveram condição de tratar essa interferência e sustentar as próprias decisões.

Não foi possível acompanhar experiências do CSJ-RS, uma vez que quando fiz contato com as entidades do projeto as atividades com os jovens já haviam sido encerradas e, posteriormente ao término do estágio na Inglaterra, não houve mais edições do projeto na cidade de Porto Alegre, RS.

6.1.6 Governamentalidade, saber, poder

De acordo com o que vimos, muitas são as contingências que contribuem para a emergência do voluntariado. Foi possível verificarmos que vários discursos e

práticas contribuem para a constituição de sujeitos jovens voluntários. Diferentes organizações — governamentais ou não, religiosas ou privadas — trabalham com projetos que incentivam o voluntariado entre os jovens. Do mesmo modo, ficou perceptível que a orientação para se formar jovens voluntários é uma tendência global.

No Brasil, verificamos que no plano das políticas públicas de juventude o incentivo ao voluntariado tem sido direcionado prioritariamente aos jovens participantes dos programas que integram essas políticas, ou seja, a contrapartida limita-se aos jovens pobres⁸. Dessa forma, a obrigatoriedade de realizar projetos solidários que beneficiem as comunidades, que regenerem os bairros, que reduzam a violência, enfim, que melhorem a qualidade de vida da sociedade fica sob a responsabilidade dos jovens pobres. Alguns autores têm indagado por que jovens que frequentam escolas técnicas federais e universidades públicas não são submetidos às mesmas exigências de contrapartida comunitária, uma vez que também usufruem do dinheiro público (Sposito *et al.*, 2006; Sposito e Corrochano, 2005). Seria importante aprofundar esse questionamento e investigar se há indícios de outras políticas públicas que invistam no voluntariado exercido não apenas por jovens pobres.

Um aspecto a ser analisado é o efeito que essa diferenciação possa ter no grau de controle realizado do tempo livre das diferentes juventudes. Os jovens pobres participantes de programas de políticas públicas, por serem obrigados a reservar parte do tempo livre para realizar os trabalhos comunitários, estão mais sujeitos ao controle e disciplinarização do Estado. Deste modo, “os dispositivos

⁸ Embora, como foi possível verificar, a prática do voluntariado esteja disseminada em muitas esferas da sociedade.

governamentais [funcionariam] como forma de controle da população” (Santos e Lazzarotto, 2007) jovem pobre. Os jovens que não têm essa obrigatoriedade têm maior autonomia para decidir como usar o tempo livre. Configuram-se, assim, práticas diferenciadas e excludentes. Na análise das políticas públicas de juventude na Inglaterra, essa diferenciação não foi evidente, uma vez que os programas de voluntariado visam envolver as diferentes juventudes naquele país. Por outro lado, poderíamos dizer que dessa forma o controle do tempo livre dos jovens seria mais disseminado.

Ressaltamos que o vínculo produzido entre políticas públicas de juventude e trabalho voluntário parece estar fortemente naturalizado. No caso do CSJ, o principal documento em nível federal, o Manual de Implementação Junto às Entidades Sociais (Brasil, 2005a), — que estabelece as diretrizes, os objetivos, as condições, o público-alvo, os procedimentos, ou seja, tudo que diz respeito à implementação do CSJ em nível nacional — não trata das justificativas, motivos, importância ou pertinência de se estimular práticas voluntárias entre os jovens participantes. A única menção feita a essa questão se refere à obrigatoriedade do jovem realizar o trabalho comunitário e seu vínculo com o recebimento do auxílio financeiro. Isso visibiliza o quanto a prática do voluntariado precisa ser analisada e problematizada. Pois, não é toda e qualquer prática voluntária que é promotora de elevação de auto-estima, de pensamento crítico, de crescimento pessoal, de regeneração das comunidades, de envolvimento social e político — seus efeitos dependerão das relações objetivas que a circunscrevem.

A definição de certos direcionamentos adotados pelas políticas públicas evidencia modos de governar que se estabelecem através de um conjunto de

instituições, procedimentos e mecanismos que constituem estratégias de exercício de poder que, por sua vez, definem o que compete ao Estado ou não, o que é da ordem do público ou do privado (Santos e Lazzarotto, 2007). Deste modo, alguns autores percebem o incentivo que as políticas públicas têm dado à prática do voluntariado e de trabalhos comunitários como uma inversão de papéis. Sendo assim, o Estado estaria transferindo a responsabilidade da gestão pública para a sociedade, instaurando, inclusive, uma lógica de privatização do aparato estatal, além de reduzir os custos dos programas sociais (Rojas, 2007). Como vimos em nossas análises, essa preocupação não é infundada. Foucault talvez dissesse que esta é também uma forma do Estado ampliar o controle, uma vez que as formas de governar o outro se estenderiam para modos de governar-se. Assim, as comunidades, as associações e os sujeitos desenvolveriam técnicas de governo de si e de autocontrole — ampliando as estratégias de governamentalidade. Imbricados a esse conjunto de práticas, se dariam processos de subjetivação do jovem pobre, onde estes desenvolveriam técnicas de governo de si que corresponderiam ao controle estimulado pelo Estado — inclusive, com características de conformidade ou de mera administração da pobreza em níveis toleráveis.

Por outro lado, o voluntariado também pode ser um campo fértil de produção de novos sentidos para os jovens. Se o exercício do voluntariado jovem se inscreve num conjunto de práticas que vai além do discurso da servidão, da precarização ou do conformismo outros desdobramentos são possíveis — o que pôde ser apontado em algumas experiências do CSJ-RS e do NMV, nas quais o trabalho comunitário assumiu outros sentidos. Segundo Fernandes *et al.* (2006), o exercício do voluntariado fomenta a participação da juventude e propicia um maior conhecimento da realidade social e cultural. Nesse sentido, os jovens podem desenvolver projetos

de voluntariado que permitam o exercício da problematização do contexto social do qual fazem parte, onde eles tenham a oportunidade de confrontar saberes e de se apropriarem do espaço público enquanto espaço de produção e compartilhamento. Desse modo, o voluntariado pode contribuir para a instauração de processos de subjetivação onde a juventude amplie os efeitos das suas ações, com uma participação mais ativa no cenário político e administrativo da cidade na qual vivem.

Dentre as universalidades sobre juventude elencadas dos campos enunciativos investigados, as práticas que circunscrevem o voluntariado dos jovens são, possivelmente, as que podem visibilizar com maior evidência a positividade do poder e as lutas de saberes que atravessam a rede das políticas públicas de juventude. As práticas voluntárias podem ser ricas em ‘batalhas’ de saberes, onde estão em disputa os saberes daqueles que representam as instituições provedoras dos programas, das instituições que abrigam o jovem voluntário, da comunidade, dos jovens voluntários enquanto aprendizes ou dos jovens voluntários enquanto integrantes da própria comunidade assistida. Adicionalmente, os campos de emergência produzidos em torno do voluntariado determinam modos de governar os jovens e modos de governar-se enquanto jovens — uma vez que agem diretamente nas ações desses jovens. E, do mesmo modo, os projetos instigam os próprios jovens a realizarem ações que poderão afetar as ações de outros sujeitos, jovens ou não. Considerando-se que o poder não é apenas conformador, abrem-se, também, alternativas de criação e perspectivas de produção de outros saberes e modos de ser.

6.2 JUVENTUDE VULNERÁVEL

Outro indicador de nossa análise foi a condição de ‘vulneráveis’ dos jovens na atualidade — condição amplamente visibilizada no conjunto de enunciados dos documentos de políticas públicas de juventude. Na literatura e nos próprios documentos, os jovens, com frequência, são identificados como uma parcela especialmente vulnerável da sociedade. A literatura, em geral, utiliza o conceito de ‘vulnerabilidade’ como ferramenta para analisar a situação dos jovens em sua inserção na sociedade. Destacamos, ainda, que encontramos poucos trabalhos que problematizassem essa condição de vulnerabilidade do jovem. Deste modo, ao longo das análises do presente trabalho de dissertação de mestrado, percebemos a necessidade de se problematizar a chamada ‘vulnerabilidade da juventude’ e, assim, compreender a emergência do jovem como ‘vulnerável’ enquanto objeto de políticas públicas.

6.2.1 O jovem vulnerável dos projetos

Conforme apontado por Abramovay *et al.* (2002), apesar do termo ser amplamente utilizado na atualidade, análises fundamentadas na ‘vulnerabilidade’ são relativamente recentes. Em nosso estudo foi possível confirmar esse dado, uma vez que, nos documentos brasileiros de políticas públicas de juventude analisados

que datam da década de 90, o termo vulnerabilidade não apareceu. Para ilustrar, citamos o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Brasil, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB (Brasil, 1996). Dessa forma, podemos dizer que ‘o jovem vulnerável’ é um sujeito relativamente recente, tratando-se de um sujeito da contemporaneidade.

Ao constatarem a intensificação da aplicação da perspectiva de vulnerabilidade na América Latina em análises sociológicas, Abramovay *et al.* (2002) justificam esse fato em função da composição de países subdesenvolvidos dessa região, considerando-se a concentração de renda e as condições de pobreza existentes. De certa forma, discordamos dos autores, uma vez que esta avaliação pode colaborar para a falsa idéia de que o vínculo entre vulnerabilidade e juventude seja um acontecimento restrito a regiões caracterizadas como de subdesenvolvimento, tratando-se, assim, de um fenômeno localizado. Em nossa pesquisa, verificamos que a preocupação com a vulnerabilidade também tem feito parte da agenda de países do bloco denominado desenvolvido, como a Inglaterra. Observamos, deste modo, que os discursos que relacionam vulnerabilidade e juventude parecem produzir-se e ter efeitos de projeções mais globais.

Nos vários documentos do CSJ que foram analisados, onde são apresentadas as suas diretrizes — enquanto projeto de política pública de juventude — ou onde são desenvolvidas avaliações e acompanhamentos das atividades, verificamos, nos trechos que fazem referência ao público-alvo das iniciativas, expressões como: jovens “em situação de maior vulnerabilidade social” (Brasil, 2005a; ASAFOM, 2006); “em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social” (Brasil, 2006); “com vulnerabilidade econômica, pessoal e social” (ASAFOM, 2006);

“em vulnerabilização” (ASAFOM, 2006); e “em situação de vulnerabilidade social” (ABAA, 2006). Encontramos terminologias semelhantes em artigos (Rojas, 2007; Fernandes *et. al.*, 2006; Sposito *et. al.*, 2006; Sposito e Corrochano, 2005; Castro e Abramovay, 2002a, 2002b, 2004; Sposito e Carrano, 2003; Abramovay *et. al.*, 2002) que tratam de temas relacionados às políticas públicas voltadas para jovens. Vários documentos ingleses de políticas públicas que se referem a questões da juventude (Social Exclusion Unit, 2000, 2001a, 2001b; UoN, 2006a, 2006b; Department for Children, Schools and Families, 2007a, 2007b, 2007c; Department for Education and Skills, 2002, 2003) também caracterizam determinados jovens como vulneráveis.

Dessa forma, chamou-nos a atenção a frequência e a intensidade com que os jovens dos programas são descritos como vulneráveis. Entendemos, portanto, que seria importante aprofundar as análises desta objetivação dos jovens que se processa nas políticas de juventude, tanto no Brasil como na Inglaterra.

Compreendemos que ao serem destacadas as ‘vulnerabilidades’ dos jovens no conjunto de documentos analisados e artigos selecionados, há a tentativa de se expressar uma série de graves dificuldades ou problemas enfrentados por parcelas da juventude — no caso do Brasil, a juventude pobre que busca os programas de políticas públicas com a expectativa de superação de algumas dessas dificuldades. Selecionamos dois trechos extraídos dos documentos, um do Brasil e outro da Inglaterra, para ilustrar essa tentativa:

O jovem que será atendido é morador da periferia, muitas vezes sem renda mínima em eminente vulnerabilidade social (conflitos com a lei, drogadição, prostituição, violência familiar). Esses jovens, geralmente sofreram uma desagregação familiar, marcados pela violência, desemprego dos pais, com baixa escolaridade, maternidade e paternidade precoces, desmotivados para os estudos e sem perspectiva de uma profissão.

Localizam-se em regiões com pouca infra-estrutura, lazer, escolas, espaços de integração social e com moradias precárias. (CAMP, 2006a, p.6)

Social exclusion is something that can happen to anyone. But some people are significantly more at risk than others. Research has found that people with certain backgrounds and experiences are disproportionately likely to suffer social exclusion. The key risk factors include: low income; family conflict; being in care; school problems; being an ex-prisoner; being from an ethnic minority; living in a deprived neighbourhood in urban and rural areas; mental health problems, age and disability. (Social Exclusion Unit, 2001b, p.13)

Verificamos que no processo de caracterização dessas dificuldades, nos dois países, os discursos de vulnerabilidade são construídos a partir de outros discursos, como o de Educação, de Mercado de Trabalho, de Saúde, de Medicina, de Psicologia, de Pobreza, de Justiça, de Criminalidade, de Violência, de Sexualidade, de Classe Social, de Gênero, de Geografia, entre outros. A questão Étnica aparece especialmente na Inglaterra — como, provavelmente, em outros países da Europa e da América do Norte —, uma vez que esse país recebe muitos imigrantes, inclusive crianças e jovens desacompanhados (Department for Children, Schools and Families, 2007a, 2007b, 2007c; UoN, 2006a, 200b; Social Exclusion Unit, 2001a, 2001b;). Esse conjunto de discursos contribui para a divisão das diferentes juventudes, construindo classificações de jovens, como aqueles ‘jovens vulneráveis’ e, conseqüentemente, os ‘jovens não vulneráveis’.

6.2.2 ‘Vulnerabilizados – excluídos – em desvantagens – em risco’

A partir da análise dos enunciados dos documentos, verificamos que há uma série de conceitos que acompanham as abordagens de ‘vulnerabilidade’ que caracterizam parcelas de jovens que participam dos programas. No contexto brasileiro, entre eles estão a condição de estar ‘em risco’, ‘exclusão/inclusão’ e ‘desvantagens’, conforme destacamos nos trechos a seguir:

Muitos dos jovens brasileiros vivem na periferia dos grandes centros urbanos, sem oportunidades de emprego e educação e de perspectivas quanto à melhoria da qualidade de vida. Essa falta de oportunidades tem levado a que vários jovens sejam presas fáceis do narcotráfico e da criminalidade. São jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social ou até mesmo em risco de morte dada à crescente onda de violência que acometeu nos últimos anos à nossa sociedade. (Plano Nacional de Juventude - Brasil, 2004, p. 28-29)

O Consórcio Social da Juventude é um projeto do Programa Nacional do Primeiro Emprego financiado pelo Ministério do Trabalho, que visa proporcionar a inserção produtiva e a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade. (CAMP, 2006d, p. 17)

O Programa Primeiro Emprego (PPE) aproveita a capacidade que as organizações da sociedade civil organizada têm de obter resultados junto ao público jovem, em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social. (Brasil, 2006, p. 6)

Para os educadores, o impacto que o Consórcio Social da Juventude representa na vida dos jovens está ligado ao aumento da sua auto-estima; de maior conhecimento seu da comunidade em que vive e ao mesmo tempo em que ganha maior visibilidade para a comunidade; ampliação do espaço de escolhas para o futuro desses jovens, respeitando as diferenças, em um contexto de vulnerabilidade e exclusão. (Brasil, 2006, p.33)

Ainda neste mesmo local foi implantado o Programa da Rede de Apoio e Proteção à Família que presta atendimento para famílias com filhos de 0 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social, que comporta critérios de: mendicância, maus tratos, negligência, trabalho infantil, desvio dos bancos escolares, abuso sexual, gravidez na adolescência, dentre outras situações de risco social. (ABAA, 2006, p. 2)

A idéia que motivou a criação do Portal da Juventude foi a de atender os jovens educandos que disputam o acesso ao universo do trabalho, numa dimensão integradora, que considera o processo de exclusão como um processo de precarização relacional mais amplo do que as dificuldades econômicas, ou seja, como um processo estrutural com múltiplas origens e que apresenta vulnerabilização em diferentes áreas. (ASAFOM, 2006, p.10)

No contexto das políticas públicas de juventude na Inglaterra, a série de conceitos que reforçam a condição de vulnerabilidade dos jovens não difere muito do contexto no Brasil. Pontuamos, assim, conceitos próximos aos destacados dos enunciados nos documentos brasileiros, tais como ‘vulnerable’, ‘risk’, ‘exclusion/inclusion’ e ‘disadvantaged’. Para ilustrar, selecionamos alguns trechos dos documentos ingleses:

Social exclusion is something that can happen to anyone. But certain groups, such as young people in care, those growing up in low income households or with family conflict, those who do not attend school, and people from some minority ethnic communities are disproportionately at risk of social exclusion. There are also particular times when people are most vulnerable, such as when leaving home, care or education. (Social Exclusion Unit, 2001b, p. 3)

The Hear 4U project has a room where the youth workers are based, where the most ‘at risk’ pupils go and where they work on attendance issues, personal development and building self esteem. The project has done much more than improve school attendance and reduce negative behaviour; it has enabled young people who have been excluded from local schools to

develop, mature and build responsibility for themselves. (Department for Education and Skills, 2003, p. 10)

NMV is inclusive of all young people who are aged between 16 and 24 and is working to engage young people from minority ethnic groups, those who are disabled, those who have mental health issues, those who may have offended and those who are vulnerable to social exclusion for any other reason. (UoN, 2006a, p. 8)

NMV are committed to enabling the development of opportunities for young people who are disaffected, disadvantaged or who are in any way vulnerable, to get involved. (UoN, 2006a, p. 15; UoN, 2006b, p. 44)

NMV work with a wide variety of organisations to involve young people who are at risk of being marginalized. Work with YWCA has involved supporting young women, aged 16 to 25 who are pregnant or mothers a majority of whom are disadvantaged or suffer discrimination. (UoN, 2006b, p. 40)

Percebemos, então, que o discurso de vulnerabilidade está fortemente associado ao discurso de exclusão. Abramovay *et al.* (2002) compreendem o fenômeno da exclusão social a partir da existência de desigualdades e da falta de acesso à riqueza e à cidadania de setores da sociedade. Segundo os autores, a condição de vulnerabilidade dos jovens se agrava por esses serem atores que “sofrem um risco de exclusão social sem precedentes devido a um conjunto de desequilíbrios” (p. 32) — configuração de modos de ser jovem que se aproxima daquela presente nos documentos analisados por esta pesquisa.

As modalidades de desvantagens identificadas nos trechos dos documentos também buscam expressar o conjunto de desequilíbrios e desigualdades vividas pelos jovens. Como vimos, entre as desvantagens apontadas estão não apenas a falta de bens materiais, mas também a falta de bens culturais e simbólicos; assim

como, a ausência de condições para ter acesso a serviços, educação de qualidade, atendimento na área da saúde, empregos, segurança, entre outras dificuldades.

Um terceiro elemento associado ao discurso de vulnerabilidade é o discurso de risco. Uma pesquisa realizada por Fernandes *et al.* (2006) apontou que coordenadores de um projeto social caracterizaram os jovens com que trabalhavam como ‘de risco social’ — definição muito freqüente nos documentos que analisamos. Os coordenadores do projeto justificaram essa categorização porque faziam referência “ao estado de vulnerabilidade do grupo social assistido, em função de suas precárias condições de vida” (p. 133).

Percebemos, então, que as caracterizações dos jovens pobres de ‘vulnerabilizados’, ‘excluídos’, ‘em desvantagens’ e ‘em risco’ estão fortemente imbricadas umas nas outras e compõem elementos de uma série constituída por um mesmo conjunto de discursos. Poderíamos dizer que são conceitos que se auto-referenciam, se justificam e, até mesmo, se confundem.

6.2.3 Os riscos individuais e sociais

Especialmente no caso do Brasil, a série ‘vulnerabilizados - excluídos - em desvantagens - em risco’, que expressa o modo como os jovens pobres — público-alvo dos programas — são visibilizados pelas políticas públicas, permite outras

análises. Os enunciados sobre ‘risco’ são particularmente complexos, dado o conjunto de seus possíveis efeitos nos modos de ser dos jovens.

O Plano Nacional de Juventude (Brasil, 2004) aponta características individuais e ‘vulnerabilidades psicossociais’ dos jovens como fatores de risco destes jovens fazerem uso de álcool e outras drogas. Em trechos dos documentos Relatório de Avaliação do II Módulo do CSJ-RS (Brasil, 2006) e Relatório Final do Portal da Juventude (ASAFOM, 2006), que destacamos anteriormente, faz-se alusão às ‘vulnerabilidades pessoais’ dos jovens. Percebemos, nesses enunciados, um discurso que individualiza as vulnerabilidades, como se as precariedades fossem decorrências das características dos jovens — discurso que recai, portanto, sobre a juventude pobre.

Essa perspectiva individualizante do discurso de vulnerabilização dos jovens pobres é ancorada pelo próprio significado da palavra vulnerabilidade. Ao consultarmos o dicionário (Ferreira,1999), verificamos que o significado de vulnerabilidade faz referência à condição de se estar vulnerável a algo em função do indivíduo apresentar pontos fracos que o colocariam numa situação propícia a acontecimentos indesejáveis. Deste modo, os fatores que levam ao estado de ‘risco’ ou de ‘vulnerabilização’ podem ser considerados como inerentes aos próprios jovens pobres — retirando o foco das limitações da rede de amparo social, que não é capaz de criar alternativas para os jovens acessarem os serviços que precisam. Desta forma, a emergência de sujeitos jovens vulneráveis é possível pela produção de um discurso que individualiza a responsabilidade das contingências das ‘desvantagens’, dos ‘riscos’, da ‘exclusão’, enfim, da ‘vulnerabilidade’.

Não há como negar que os jovens pobres no Brasil vivem um contexto de extremas e profundas dificuldades, que podem gerar sofrimentos e produzir diferentes efeitos nas suas trajetórias de vida. Mas configurá-los como vulneráveis pode ser efeito de um discurso que não trata especificamente desse estado presente da juventude pobre, mas que faz alusão a uma virtualidade desses jovens e, ainda, que trata de riscos que não dizem respeito somente a esses jovens.

Podemos dizer que a condição de risco a que se referem os coordenadores do projeto investigado por Fernandes *et al.* (2006) — e que aparece nos documentos de políticas públicas que analisamos — trata da ameaça dos jovens de se tornarem drogados, não terem acesso a serviços, engravidarem, sofrerem abusos, ficarem sem estudo, não terem formação profissional, não conseguirem emprego (de qualidade), serem mortos, tornarem-se criminosos e/ou traficantes, adotarem comportamentos anti-sociais, e uma série de outras situações de ‘desvantagens’, que evidenciam a condição de ‘excluídos’ e ‘vulnerabilizados’ dos jovens. Contudo, não é possível afirmar que esta seja uma possibilidade de configuração de ‘futuro’ exclusiva dos modos de viver dos jovens pobres — para quem são direcionados os projetos sociais e, conseqüentemente, para quem as definições do público-alvo destes projetos se referem. Jovens de todas as classes econômicas vivenciam riscos diversos, relacionados a desemprego, drogadição, violência e gravidez precoce, por exemplo.

Desse modo, enunciados de vulnerabilidade ainda constituem uma certa virtualidade aos jovens pobres. O discurso de vulnerabilização aponta para um determinado futuro que é aceito praticamente como certo. Confere-se a esse jovem uma virtualidade de desempregado, drogado, ladrão, agressor, transgressor da lei.

Há a pressuposição de que essa expectativa irá, indubitavelmente, acontecer, a não ser que se tomem medidas eficazes. Observamos, também, que essa posição subjetivada dos jovens pobres de ‘vulneráveis socialmente’, ao invés de destacar as demandas da juventude e a potencialidade — dos jovens e da sociedade — de transformação das condições atuais indesejadas para e por esses jovens, lhes é conferida a virtualidade de causadores de problemas sociais. Assim, o futuro temido passa a ser o presente incontestável desses jovens. E de acordo com esse futuro-presente são elaborados projetos de políticas públicas de juventude.

A subjetivação da juventude pobre como ‘em risco’ também é efeito de discursos que compõem o temor da sociedade, que percebe ela própria como em risco (Frezza *et al.*, 2008a). Segundo Abramovay *et al.* (2002), alguns autores avaliam o grau de vulnerabilidade de um determinado grupo de acordo com a propensão à mobilidade social descendente dos atores do mesmo. Deste modo, esta abordagem leva em consideração o conjunto dos recursos e habilidades do grupo para acessar os serviços oferecidos pela rede social no sentido de alcançar ‘maiores níveis de bem-estar’ e ascender socialmente (Abramovay *et al.*, 2002). Dessa forma, poderíamos afirmar que todos os setores da sociedade possuem vulnerabilidades de gradações diferenciadas. Encontramos indícios dessa perspectiva em alguns documentos das políticas inglesas, quando afirmam que todos estão sujeitos à ‘exclusão social’ (Social Exclusion Unit, 2001b). Porém, o que observamos, de forma geral, nos enunciados das políticas públicas, da literatura e do senso comum é a exclusividade com que os grupos mais empobrecidos da população são denominados de vulneráveis. Essa pontualidade dos discursos de vulnerabilidade parece relacionar-se com a percepção, de alguns setores da sociedade, de que a população pobre, especialmente os jovens pobres, configura

uma ameaça à segurança — isto seria percebido, ainda, como uma das causas prováveis da redução da qualidade de vida da sociedade como um todo. Sendo assim, mobilizam-se ações que objetivam reverter esta situação. Portanto, estimulam-se projetos públicos para atender os ‘jovens vulneráveis, em ‘risco de exclusão social’, ou seja, os jovens pobres.

Dessa forma, a visibilidade que se dá aos jovens pobres como vulneráveis e em risco, nos enunciados das políticas públicas, invisibiliza o quanto essas políticas — enquanto prevenção — se referem à manutenção da ordem pública — uma vez que o foco é colocado no sujeito jovem pobre e não no que estaria em risco, ou seja, a ordem social vigente.

6.3 JUVENTUDE TRABALHADORA

Muitos são os autores que, com diferentes ou semelhantes abordagens, têm analisado as enormes transformações que se processam no mundo do trabalho nas últimas décadas — eles apontam, especialmente, os efeitos dessas transformações nos modos de trabalhar e de viver. Castel (1998) assinala ‘uma ruptura de trajetória’, onde a representação do progresso moderno entrou em ‘crise’. Lazzarato e Negri (2001) observam que cada vez mais “qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade” (p. 26). Bauman (1999) destaca as conseqüências da globalização nos modos de viver e os reflexos da ‘flexibilização’ reverenciada nas relações de trabalho na atualidade. Pelbart (2003) ressalta a

‘nomadização generalizada’, que depende da circulação frenética de fluxos de toda ordem, “fluxos de capital, de informação, de imagem, de bens, mesmo e sobretudo de pessoas” (p. 21). Entre outras convergências, os autores concordam que todos são afetados pelas transformações, mas não da mesma forma.

Os movimentos e as mudanças atingem de forma diferenciada e desigual os diversos extratos da sociedade, gerando, também, distintos efeitos nas relações sociais (Bauman, 1999). Nesta seção, tendo como base os documentos de políticas públicas de juventude, considerando o vínculo constitutivo destas e as relações de afetação com outras redes, instituições e estratégias, buscamos compreender de que forma os discursos ‘circulantes’ — para usar um termo em voga na atualidade — contribuem para a constituição de sujeitos jovens pobres e trabalhadores, assim como, visibilizar os possíveis efeitos que advêm desta constituição.

6.3.1 A centralidade do trabalho nas políticas de juventude

O aumento do desemprego ou a precarização do emprego são fenômenos que ressaltam a existência de um ‘déficit de lugares’ ocupáveis, de posições dotadas de utilidade social e reconhecimento público (Castel, 1998). Esse contexto econômico e social oferece justificativas para a crescente importância que as questões relacionadas ao trabalho para a juventude têm assumido nas políticas públicas.

Castel (1998) destaca o quanto o 'trabalho' é mais que simples trabalho e ressalta, portanto, que o não-trabalho é mais que desemprego. Dessa forma, o autor observa que os 'supranumerários' — trabalhadores sem trabalho — são considerados como 'inúteis para o mundo', e que estão no mundo sem lhe pertencer verdadeiramente. Segundo o autor, "o trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm" (p. 578). Poderíamos dizer que, mesmo num contexto desfavorável, o trabalho continua central na vida das pessoas e, portanto, na vida dos jovens.

Essa centralidade do trabalho é perceptível no direcionamento das políticas públicas de juventude, tanto no Brasil como na Inglaterra. O ECA (Brasil, 1990) prevê ações no sentido de garantir a qualificação e o direito à profissionalização do jovem e a sua proteção no trabalho. O Plano Nacional de Juventude (Brasil, 2004) estabelece metas voltadas à formação para o trabalho e para a garantia de emprego e renda para os jovens. Em sua versão inicial, o ProJovem (Brasil, 2005b) também perseguia iniciativas que favorecessem a inserção de jovens no mercado de trabalho. Recentemente, com a unificação de vários projetos em torno do ProJovem, o CSJ compôs o ProJovem Trabalhador (Brasil, 2008).

Na Inglaterra, verificamos uma grande preocupação com os jovens que não estão integrados ao sistema de ensino, assim como com aqueles que não estão empregados ou em processo de capacitação profissional — jovens que são caracterizados como NEET (Not in Education, Employment or Training). Desta forma, nesse país, vários programas são elaborados no sentido de engajar a juventude em algumas dessas três vias: ensino, profissionalização ou trabalho

(Social Exclusion Unit, 2000, 2001a, 2001b; Department for Children, Schools and Families, 2007a, 2007b, 2008).

Se, por um lado, no caso no NMV na Inglaterra, a inserção do jovem no mercado de trabalho não fazia parte do conjunto de objetivos principais, por outro, o fato de o jovem encontrar alguma forma de trabalho formal como resultado de sua participação no projeto era destacado e bastante celebrado pelos gestores e executores (UoN, 2006a, 2006b).

Outro programa inglês, ao abordar as dificuldades de alguns para se inserirem no mercado de trabalho, ressalta as perdas econômicas associadas às dificuldades dos empregadores de se beneficiarem da melhor forma possível da força de trabalho disponível (Social Exclusion Unit, 2001a) — visibilizando, desta forma, discursos econômicos que justificam a implantação de políticas de juventude direcionadas à formação para o trabalho. Conforme verificamos no trecho, a seguir, destacado do documento:

But alongside the dynamism of the jobs market we are aware that inequalities exist, causing some individuals and sectors of the population – like deprived neighbourhoods – to be increasingly isolated from the jobs that are available. This problem is socially divisive, putting people at risk of poverty and exclusion from mainstream society. It is also a waste economically, preventing employers from getting the best from their workforce. (Social Exclusion Unit, 2001a, p. 12)

Percebemos, então, conforme havíamos antecipado na discussão teórica, que se tem dado grande visibilidade às implicações entre trabalho e juventude. Todo o processo de formação do CSJ (Brasil, 2006, 2005a; CAMP, 2006a, 2006b, 2006c)

visava possibilitar aos jovens alternativas de geração de renda — na forma de emprego, trabalho autônomo, trabalho associativo ou trabalho auto-gestionário. Esse direcionamento do CSJ foi, inclusive, determinante para a especificação do perfil do jovem participante no projeto, uma vez que, segundo um dos gestores, buscavam-se jovens que tivessem a intenção de se engajar em alguma forma de trabalho. No trecho seguinte, extraído do Relatório de Avaliação do II Módulo do CSJ-RS (Brasil, 2006), verificamos a centralidade do trabalho na proposta do projeto:

Impõe-se, pois, a necessidade de recuperar o trabalho como central na existência humana e constitutiva do ser humano e a vinculação entre educação, trabalho e vida na conjugação da formação e inserção, no âmbito do CSJ. (p. 41)

Conforme observa Castel (1998), as ações do Estado no domínio do emprego vêm crescendo na atualidade — período marcado pelo fortalecimento do liberalismo, o que poderia apontar uma certa contradição. Porém, o autor destaca que mais do que ressaltar esse crescimento, devemos observar as transformações nos modos de intervenção do Estado: antes, as políticas tinham uma proposta integradora; na contemporaneidade, as políticas assumem caráter de inserção. A principal diferença entre as duas modalidades, ressaltada por Castel, é que as políticas de inserção se constituem a partir de uma ‘lógica positivista’, onde a clientela é claramente definida e para a qual são estabelecidas estratégias específicas. Nesse sentido, as ações não são direcionadas igualmente para todos; do mesmo modo, o objetivo não é promover acesso aos serviços públicos a todos — não se configuram, assim, como ações integradoras. O CSJ enquanto política pública parece ter se constituído num conjunto de políticas de inserção. Os jovens pobres constituíram o grupo alvo das

ações do CSJ e para este grupo foram desenhadas estratégias de intervenção, para serem realizadas num período de tempo limitado de cinco meses. Castel observa que se determinados grupos “são objeto de um suplemento de atenção e de cuidados, é porque se constata que têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária” (p. 538) — como são considerados os jovens de classes populares, definidos como vulneráveis ou em risco, o que explicaria serem excluídos e desempregados.

Observamos que o CSJ buscou instrumentalizar os jovens pobres com determinadas competências, como no curso de qualificação básica onde eram realizadas aulas de cidadania, ética e valores humanos. Podemos perguntar o porquê de ações de políticas públicas como estas serem direcionadas para um grupo tão específico da sociedade, ou o porquê de não se exigir que o ensino formal e privado inclua as mesmas aulas em seus currículos. Essas ações podem emergir do conjunto de práticas que Castel (1998) definiu como de intervenção positivista, que buscam ‘inserir’ grupos constatados como ‘deficitários’ — configurando, portanto, práticas excludentes. A perspectiva de buscar mudar a situação ‘deficitária’ dos jovens pobres pôde ser identificada, também, no conjunto de práticas do CSJ que objetivava formar e capacitar os jovens no sentido de serem aptos para responder às exigências do mercado.

Outra questão a se destacar é a meta estabelecida para a inserção dos jovens no mercado formal de trabalho. Cada entidade executora deveria garantir que pelo menos 30% dos jovens participantes do projeto estivesse vinculado a atividades formais e comprovadas de geração de renda ao fim do período de qualificação. Caso a entidade não alcançasse a meta, era obrigada a devolver parte da verba

recebida do Governo Federal, segundo um dos gestores. Esse contexto configurou uma das principais tensões do projeto. Dado o prazo curto de qualificação dos jovens (cinco meses), a meta dos 30%, a ameaça de ter que devolver o dinheiro e a dificuldade para encontrar posições no mercado de trabalho para os jovens, os gestores das entidades optaram por empregar esses jovens onde fosse 'possível'. Dessa forma, alguns jovens que haviam passado por uma determinada formação profissional, como *telemarketing* ou padaria, foram empregados em funções que não correspondiam a essa formação, como serviços gerais (Frezza *et al.*, 2008a). Esse conjunto de práticas pode ter como efeito a confirmação para os jovens pobres de que, mesmo que eles se qualifiquem, resta-lhes assumir postos específicos de trabalho — prioritariamente, postos de pouco reconhecimento social e baixa remuneração.

Observamos, portanto, que determinadas práticas do CSJ-RS se constituíram dentro da lógica do mercado e não dentro da lógica de integração do sujeito, naturalizando o 'jovem deficitário' ao invés de problematizar a emergência do sujeito jovem pobre e trabalhador. Foi possível verificarmos indícios de problematizações semelhantes no CSJ-RS:

observamos ainda que o tempo para a potencialização destas ações é muito pequeno, ou seja, se têm uma proposta pedagógica comprometida com os direitos humanos, com a conscientização, o desenvolvimento da reflexão e criticidade, do exercer cidadanias, aprender uma formação específica, no entanto não se compreende que para tudo isto é necessário tempo, processos de construção e vivências, pois sem estes, ou mesmo sem considerá-los estaremos ainda inseridos na lógica mercadológica que apenas preocupa-se com metas e distorce as realidades em função de seus números e burocracias, esquecendo-se que lidamos aqui com seres humanos e seus direitos e que estes estão em constante processo de aprendizagens e formações, em seus contextos e realidades. (Brasil, 2006, p. 18)

A preocupação com relação às práticas das políticas, com ênfase nos discursos do mercado, que tendem a naturalizar e corroborar o jovem pobre como em déficit fica mais evidente no trecho, seguinte, do relatório de avaliação:

se as ações de “inserção”, num primeiro momento, aparecem como um mal necessário – o preço a pagar pelo progresso –, evoluem para uma noção positiva, na medida em que exercem uma ação afirmativa das populações excluídas. E, assim fazendo, transformam o ideal de igualdade, em equidade, ou seja, transformam os direitos básicos em suprimento de deficiências sociais. Com isso são mais ou menos gradualmente abandonadas as ações para a realização do princípio de igualdade. (Brasil, 2006, p. 34)

Verificamos, assim, que vários discursos que justificam a realização de projetos de políticas de juventude, como os discursos de educação, cidadania, superação, produção de novos sentidos, ficaram subjugados a outros discursos, por exemplo, do mercado de trabalho. Esse foi um grande nó do projeto, claramente reconhecido pelos gestores e executores das entidades. Ou seja, o CSJ, que tinha como objetivo proporcionar aos jovens estratégias de produção de novos sentidos para o trabalho, ao fim, também repetiu alguns modelos usuais de emprego para jovens de baixa renda.

6.3.2 A centralidade do trabalho para os jovens

A centralidade do trabalho é também percebida na própria expectativa dos jovens. Segundo Castro e Abramovay (2002b), há um consenso de que os jovens — pobres — têm o desejo de conseguir um emprego o mais rápido possível. Os jovens que participaram do CSJ-RS também tinham o emprego como um de seus principais objetivos (Brasil, 2006).

Pensando foucaultianamente, ao refletirmos sobre o desejo expresso do jovem dos projetos de encontrar um emprego, é preciso perguntar de que lugar esse jovem fala, ou que lugar ocupa esse jovem que contribui para a emergência desse 'desejo'. Como já destacamos, mas se faz importante retomar, uma das características predominantes dos jovens que integraram o CSJ-RS, assim como de outros projetos sociais, é a sua condição histórica de pobreza. Portanto, um dos discursos que sustentam a busca por trabalho desses jovens passa exatamente por esse corte, que se visibiliza em justificativas tais como a necessidade de subsistência, necessidade de contribuir para o sustento dos pais ou mesmo dos próprios filhos, como podemos constatar no trecho a seguir:

um dado de realidade a que está submetido esse jovem que, por suas condições concretas de existência, precisa trabalhar desde muito cedo para, muitas vezes, ajudar ou sustentar sua família. O depoimento, durante um dos encontros de formação, da mãe de um jovem atendido pelo Consórcio, se agrega à fala dos próprios jovens e é expressão forte dessa condição social: a necessidade de inserção está posta para o imediato e, segundo eles, a qualificação e/ou inserção possibilitadas pelo CSJ, ainda que precárias, são uma forma de mediação com essa situação. (Brasil, 2006, p. 43)

Como mostra o trecho anterior, há o discurso de uma ‘realidade concreta’ que empurra o jovem para a busca de um trabalho, que impele uma urgência formadora de ‘desejo’ de emprego. Esse contexto econômico familiar, então, ‘força’ muitos jovens a abandonarem os estudos. Deste modo, o trabalho do jovem — que se faz ‘necessário’ — pode ser visto, pelo jovem e pela sociedade como um todo, como condição — legítima — de afastamento do jovem da escola (Guareschi, Oliveira, Giannellini, Comunello, Nardini e Pacheco, 2003). Deste modo, produz-se um discurso que justifica e naturaliza o fato de jovens pobres interromperem os estudos — discurso presente, inclusive, nas políticas públicas, como verificamos anteriormente.

Os jovens pobres, de certa forma, reproduzem discursos que anunciam que há dois caminhos — lícitos — para se melhorar as condições de vida, um é pela via do trabalho e outro pela via da educação (Guareschi *et al.*, 2003). Contudo, poderíamos dizer que a via da educação não é percebida pelo jovem pobre como uma alternativa real para ele. Muitos jovens entendem que o ensino formal não tem importância porque não contribui para que encontrem um emprego, uma vez que o mercado de trabalho valorizaria mais a experiência (Abramovay *et al.*, 2002). Desta forma, o lugar de onde esse jovem fala e ‘deseja’ emerge de discursos tais como o econômico e o administrativo, que ganham mais espaço do que o discurso educacional ou da formação para a cidadania.

Dados de 2000 apontam que no Brasil apenas 6% dos jovens de 20 a 24 anos abaixo da linha da pobreza estudam. Diferentemente, os mesmos dados indicam que a maioria dos jovens de 15 a 24 anos, acima da linha de pobreza só estuda (Castro e Abramovay, 2002b). Dessa forma, os dados parecem corroborar a

inviabilidade percebida pelos jovens pobres para continuarem a estudar. Políticas públicas de juventude recentes voltadas para a capacitação profissional dos jovens pobres, como o CSJ e o ProJovem, têm em suas premissas a inserção ou reinserção dos jovens no sistema educacional. Seus projetos exigem a comprovação de frequência escolar dos jovens, no caso do CSJ, ou oferecem-lhes aulas regulares de ensino médio, no caso do ProJovem. De qualquer modo, em relação à (re)inserção no sistema escolar, ainda não é possível precisar qualitativamente o impacto das ações governamentais mais recentes que visam a qualificação dos jovens mais pobres (Laranjeira e Teixeira, 2008).

A busca do jovem pobre por um emprego fixo para ter acesso à ascensão, à estabilidade, à segurança, à sobrevivência e ao consumo é um ideário que não difere muito daquele perseguido pela classe média da modernidade e que, com todas as mudanças em andamento nas estruturas econômicas e do trabalho, perdura até os dias atuais. Os jovens respondem ao apelo do consumo e buscam adquirir bens variados (Laranjeira e Teixeira, 2008; Castro e Abramovay, 2002b). Dessa forma, as práticas de consumo, intensamente estimuladas na contemporaneidade, se fazem presentes na constituição dos discursos dos jovens para justificar sua necessidade de renda e sua busca por uma posição no mercado de trabalho.

6.3.3 Juventude ocupada ou culpada

A análise dos programas e projetos de políticas públicas direcionados para a qualificação profissional dos jovens também permitiu-nos outras considerações. Como foi abordado anteriormente na presente dissertação, o crescente aumento de programas e projetos sociais voltados para os jovens pobres também pode estar vinculado à preocupação em se controlar o tempo livre desses jovens: “é preciso mantê-los sob vigilância, sempre ‘inseridos’ em algum tipo de atividade de ‘inclusão social’, independentemente do seu sentido” (Laranjeira e Teixeira, 2008, p. 23). Há um conjunto de enunciados que identifica os jovens pobres como mais propensos a serem desonestos ou marginais. Um deles vincula a conduta dos jovens à visão que se tem das regiões em que moram como sendo localidades violentas e marginais — o que determinaria que eles fossem, também, violentos e marginais (Abramovay *et al.*, 2002). A inserção desses jovens no mundo do trabalho pode configurar, portanto, formas do controle do tempo livre desses jovens.

No Plano Nacional de Juventude (Brasil, 2004), ficou perceptível a relação existente entre o conjunto de justificativas para se incrementar as oportunidades de trabalho de jovens de baixa renda com o discurso de marginalização — que é freqüentemente endereçado à juventude pobre e/ou de periferias. Identificamos, ainda, a implicação entre a falta de ocupação e o subemprego com o provável destino de delinqüência desses jovens — como se, por não ter alguma ocupação formal (participação em projetos ou trabalho formal), esse determinado jovem se tornaria um adulto marginal. Para ilustrar, extraímos o seguinte trecho do Plano Nacional de Juventude:

As causas do desemprego juvenil são várias, tendo como principal a recessão econômica que castiga o País há mais de duas décadas. Todavia o Poder Público não pode esperar pela recuperação econômica para resolver o problema do desemprego juvenil, visto que a falta de ocupação e o subemprego, muitas vezes, resulta na marginalidade que encoraja a delinquência nas periferias das metrópoles brasileiras. (Brasil, 2004, p. 11)

Guareschi *et al.* (2003) ressaltam que há a percepção de que “aqueles que têm um serviço ou um emprego são considerados como ‘trabalhadores’ e diferenciam-se dos indigentes, vagais, bandidos e marginais” (p.51). Adicionalmente, conforme discutido por Laranjeira e Teixeira (2008), o tempo livre dos jovens pobres que não seja legitimado — em outras palavras, que não seja ocupado por algum projeto social, escola ou trabalho — pode ser experimentado com culpa e sofrimento pelos jovens, uma vez que a sua situação de ‘desocupado’ seria um convite ou um caminho para o crime.

As políticas públicas na Inglaterra também demonstram uma grande preocupação com relação ao tempo livre dos jovens. A rede de serviços busca atrair e engajar todo jovem que não tenha vínculos formais com atividades de ensino, capacitação profissional ou trabalho. Nos documentos também evidenciamos a relação causa-efeito entre a não ocupação do tempo dos jovens com a incidência de problemas de conduta, violência, criminalidade, insucesso, uso de drogas, entre outros (Department for Education and Skills, 2002, 2003; UoN, 2006b; Department for Children, Schools and Families, 2007a, 2007b, 2007c, 2008). Um programa com forte ênfase na ocupação do tempo livre dos jovens pela via do trabalho, na Inglaterra, é o *Connexions*. Destacamos que os projetos ingleses não parecem ter como corte principal o discurso econômico, mas, sobretudo, o discurso do tempo institucionalmente legitimado ou não dos jovens como um todo.

De forma semelhante às práticas de políticas públicas que delineiam o voluntariado dos jovens pobres, as práticas que incentivam o trabalho, tanto no Brasil como na Inglaterra, visibilizam tentativas de controlar o tempo desses jovens. Os discursos que justificam substituir o tempo livre dos jovens pobres por horas de trabalho — como verificamos nas análises sobre o voluntariado — argumentam que se o jovem se capacita profissionalmente e, assim, tem uma chance no mercado de trabalho, ele ficaria longe “das ruas, das drogas, do roubo e da prostituição”. Deste modo, o jovem aprenderia a ser “mais responsável, digno e ético” (Brasil, 2006, p.33). No caso do conjunto das políticas inglesas, explicitam-se uma série de problemas sociais que estariam associados ao não vínculo dos jovens ao trabalho, a cursos profissionalizantes e aos estudos.

6.3.4 Mundo global, efeito local

O mundo globalizado faz emergir um capitalismo em rede que impõe a necessidade de mobilidade, de fluidez, de conexões (Pelbart, 2003; Bauman, 1999). A condição de estar conectado num mundo como esse faz aumentar as promessas de novas opções, alternativas, ofertas, de maior circulação de informação, de conhecimento e de bens, além de maiores oportunidades de trabalho. Contudo, a circulação não é integral, se pensarmos em Castel. A proposta parece ser mais do tipo: ‘inclua-se na medida do possível de suas competências’. Isso porque a circulação não se dá em todo lugar do mesmo modo, além de que nem todos

conseguem os mesmos benefícios (Pelbart, 2003) — se é que são beneficiados de alguma maneira.

Bauman (1999) ressalta que junto com esse movimento intenso de fluxos se processam efeitos localizadores. Alguns conseguem ser ‘globais’, outros se fixam em sua ‘localidade’. Num mundo em que os discursos de globalização ampliam seus efeitos nos processos de constituição de regimes de verdade, ser ‘local’ impõe restrições e é efeito de restrições. Portanto, “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” (Bauman, 1999, p. 8). Esse contexto, em algumas entidades da rede do CSJ-RS, foi alvo de preocupação no processo de elaboração dos projetos:

As grandes transformações sócio-econômicas do mundo contemporâneo estão convulsionando o mundo do trabalho e a vida daqueles que vivem do trabalho. As modernas tecnologias de comunicações (para transmitir informações) e os novos sistemas de computação (para processar informações), uma vez acoplados em equipamentos (automação) e utilizados para reestruturar as formas de organização e os processos de trabalho, estão rompendo com o próprio conceito de trabalho: em alguns setores, o trabalho define-se muito mais pela organização e controle de sistemas de conhecimento (sociedade do conhecimento), do que pelo esforço repetitivo tão característico do trabalho fordista. (...) Entretanto, apesar das diferenciações de matizes analíticas, todos são unânimes em reconhecer que a exclusão gerada pelo desemprego é um dos principais males da sociedade atual. (CAMP, 2006b, p. 3)

Segundo o trecho destacado anteriormente, vivemos a “sociedade do conhecimento”, onde há um novo conceito de trabalho que se define “muito mais pela organização e controle de sistemas de conhecimento”. Lazzarato e Negri (2001) discutem profundamente a configuração pós-industrial do trabalho — que definem

como ‘trabalho imaterial’. Aqui, de forma sucinta, abordaremos algumas das transformações apontadas pelos autores na medida em que contribuem para nossas análises.

Lazzarato e Negri (2001) ressaltam que a emergência do trabalho imaterial rompe com a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual. A ‘criatividade’ deve perpassar todo o processo social, ela não é expressão de ‘individualidade’ ou privilégio de ‘classes superiores’. Assim, há uma cobrança de que todo trabalhador, em qualquer trabalho que desempenhe, seja criativo, inovador, autônomo, pronto a assumir mais responsabilidades e capaz de trabalhar em cooperação. Nos enunciados do CSJ-RS, percebemos o objetivo de organizar a capacitação do jovem trabalhador com essas características. Especialmente, quando o jovem é convidado a ser empreendedor, gestor de si, autônomo e capaz de trabalhar em rede, como quando grupos de jovens do CSJ-RS (Brasil, 2006) se uniram para criar um jornal comunitário, produzir artigos de beleza e constituir a ‘Cadeia de Skate’⁹. O jovem do NMV também precisava ser multi-funcional, ou seja, ele era idealizador, criador, auto-gestor, empreendedor, administrador e executor dos projetos de voluntariado. Na contemporaneidade, exige-se uma maior flexibilidade do trabalhador, flexibilidade no fazer e para incorporar novos fazeres — tendência que verificamos nas ações propostas pelas políticas de juventude. O discurso de flexibilidade é, freqüentemente, utilizado como abertura de possibilidades de opção:

tem outras coisas que incidem sobre a escolha, que não só a vocação; temos que mostrar que existe um leque de opções, se não deu certo em um curso, temos que orientar a procurar outro caminho. Não podemos exigir que o curso escolhido seja para a vida toda, na vida nada é definitivo,

⁹ Segundo um dos gestores, a ‘Cadeia de Skate’ foi resultado do trabalho conjunto de um grupo de jovens que participou do CSJ-RS. Os jovens passaram a criar e produzir diferentes produtos relacionados à prática e cultura do skate. Dessa forma, eles também encontraram uma forma de geração de renda.

só temos que aproveitar e saber escolher. A gente pode colocar isso para o jovem. (Brasil, 2006, p. 31)

Sendo assim, o jovem trabalhador que emerge dos projetos é aquele que deve se adequar aos novos tempos, onde não se tem o ideal do emprego estável, ele deve ser flexível. Além disso, deve estar pronto a assumir riscos e deve ser suficientemente habilitado para fazer as escolhas certas dentre as alternativas propostas pelo mercado.

Foi possível verificarmos até aqui que o trabalho imaterial é coletivo. Ele só existe sob forma de rede e fluxos. O ciclo atual da produção e a nova organização do trabalho se constituem a partir de uma força de trabalho social que não se restringe aos limites das fábricas ou empresas. É no interior das redes informáticas e telemáticas e dos fluxos de conhecimento e informação que o ciclo se produz (Lazzarato e Negri, 2001). Esse entendimento dos novos modos de trabalhar e, conseqüentemente, dos modos de se formar para o trabalho estiveram presentes nos processos de execução do CSJ-RS — configurando, assim, discursos produtores de práticas que podem contribuir para a emergência de jovens trabalhadores compatíveis aos novos modos de trabalhar. Percebemos essa tendência no CSJ-RS a partir dos dois trechos a seguir:

A qualificação para o trabalho é muito limitada, como se a sociedade não tivesse produzido outras formas de qualificação, além da escola. A cultura e a sociedade estão mudando, e essas populações excluídas criam as suas próprias formas. Nós estamos caminhando para um mundo em que o trabalho é diferente, ele serve para olhar para esse mundo que está criando coisas, e levar para o mundo do trabalho. (Brasil, 2006, p. 28)

Suas estratégias voltam-se, então, para outras modalidades de trabalho. Algumas vêm procurando constituir uma rede interna e externa de produção, venda e consumo de produtos, visando à organização de empreendimentos solidários e auto-gestionáveis. (Brasil, 2006, p. 29)

De acordo com Lazzarato e Negri (2001), o processo do trabalho imaterial não se restringe à produção, ele investe na forma inteira do ciclo ‘reprodução-consumo’ — movimento que podemos identificar nos enunciados dos trechos destacados anteriormente. Deste modo, “o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 30), mas na forma de produção de modos de trabalhar, de ver, de sentir, de pensar, de explicar, de experimentar, enfim, de viver — através dos fluxos circulantes de informação, imagens e conhecimento (Frezza, Grisci e Kessler, 2008b).

6.3.5 As TICs e as políticas de juventude

Em alguns trechos extraídos de documentos de políticas públicas de juventude, destacados anteriormente, é ressaltado o papel das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e dos aparelhos midiáticos nas transformações verificadas nos modos de trabalhar.

No Plano Nacional de Juventude (Brasil, 2004), está prevista a inclusão digital de crianças e jovens. É observado que a inclusão digital deva ser constituída como

processo de apropriação de tecnologia com consciência e discernimento crítico para decidir como melhor utilizá-la, formando o indivíduo autônomo. Porém, não é explicitado como se dará o processo de apropriação pelas crianças e jovens. Nesse documento, ressalta-se, ainda, que a educação e a habilidade no uso das tecnologias asseguram o direito à comunicação e à expressão, assim como, à troca e obtenção de informações. Contudo, se o processo de apropriação não ocorre, não será a habilidade que fornecerá tais garantias. Deste modo, valoriza-se o caráter de tecnicidade da inclusão digital e não propriamente de problematização. O documento também informa que o rendimento das crianças e jovens aumentou nos locais onde foram instalados programas de inclusão digital, sem detalhar os contextos dessas experiências.

Um ano após a divulgação do Plano Nacional de Juventude, o cenário das políticas públicas de juventude no Brasil, em 2005, ganhou destaque com o lançamento do CSJ e do ProJem. O CSJ (2005a) previa a inclusão digital dos jovens através de aulas de informática que faziam parte do curso de qualificação básica oferecido. O ProJovem (2005b), em sua primeira versão, não mencionava a inclusão digital dos jovens. Em 2008, quando o ProJovem (Brasil, 2008) passa a integrar diferentes projetos de juventude, inclusive o CSJ, o tema da inclusão digital é inserido, sem muito destaque, nas ações previstas para o programa:

§ 2o Nos currículos dos cursos oferecidos nas modalidades de que trata o art. 2o desta Lei deverão ser incluídas noções básicas de comunicação oral e escrita em língua portuguesa, de matemática, de informática, de cidadania e de língua estrangeira. (Brasil, 2008, p. 7)

A análise dos documentos (Brasil, 2006, 2005a) e as falas dos gestores e executores do CSJ-RS possibilitaram compreender que os discursos que sustentam a inclusão digital em projetos e programas de políticas públicas de juventude no Brasil estão ancorados, prioritariamente, nos discursos de qualificação e de formação para o mercado de trabalho — o que refletiria algumas impressões iniciais deste trabalho de dissertação. Adicionalmente, discursos de educação e de cidadania, que engendram o rendimento escolar, a autonomia, a acessibilidade e a troca de informação, também foram observados no conjunto dos documentos e relatos.

Mesmo que a inclusão digital faça parte das premissas de projetos e programas de políticas públicas de juventude no Brasil, observamos que a discussão sobre sua prática mostrou-se exígua no conjunto do material analisado. Em apenas um dos documentos acessados, no Relatório de Avaliação do II Módulo do CSJ-RS (Brasil, 2006), encontramos alguma reflexão sobre as atividades vinculadas à inclusão digital desenvolvida. Nesse documento, foi destacada a importância da transversalidade para o trabalho em focos específicos como a informática e foi sugerido o aumento da carga horária e do aprofundamento do curso de inclusão digital. Contudo, essas sugestões não foram justificadas e nem melhor explicadas. Nos demais documentos, as referências feitas ao curso de inclusão digital se limitavam, em geral, a informar quem seria responsável pelas atividades. Em vários casos, quem ficou responsável pelo curso de informática não foi a entidade executora, foi uma entidade transversal contratada para o propósito específico — o que pode ter configurado uma espécie de terceirização do curso de inclusão digital, sem ter produzido a integração das ações das diferentes entidades.

Desta forma, apontamos que a rede social formada pelas entidades do CSJ-RS não parece ter sido capaz de implicar de forma significativa as atividades desenvolvidas no curso de inclusão digital com as outras atividades desenvolvidas nos cursos de qualificação básica e de qualificação específica, apesar de esforços isolados. Somando-se esse direcionamento à exigüidade da discussão desenvolvida nos documentos, se expressam indícios de invisibilidade quanto à inclusão digital dos jovens participantes das políticas. Podemos apontar a inscrição de uma certa banalidade com relação ao que seja inclusão digital, uma vez que a análise dos documentos aponta para uma mera introdução de ferramentas de TICs sem destaque para a promoção de inovação.

Maraschin (2004) observa que o mero encontro entre ferramentas tecnológicas e ferramentas educacionais não garante a promoção de inovação. Do mesmo modo, a UNESCO (2004) salienta que o uso indiscriminado das TICs como instrumento educativo sem avaliação prévia e sem critérios para sua aplicação não é justificável. Segundo Maraschin, a inovação se instaura nos modos como esse encontro reorganiza a rede de conversações ou explicações anteriores.

Gestores e executores da Fundação Pensamento Digital (FPD) — entidade que ficou responsável pelo curso de inclusão digital de algumas entidades executoras — ao analisarem a sua experiência no CSJ-RS, entenderam que alguns jovens produziram novos sentidos: na percepção de si, na relação com o outro, na valorização de experiências pessoais e dos colegas. Seria importante problematizar os processos de inclusão que se estabelecem quando os jovens dos projetos interagem com as tecnologias. Em face da configuração determinada para a presente pesquisa, não foi possível aprofundarmos as discussões nesse

direcionamento, principalmente, porque não estavam previstas entrevistas com os jovens e os documentos não terem sido fonte de dados para tal problematização.

Alguns relatos observaram que os jovens do CSJ-RS já faziam uso freqüente de aparatos digitais, tais como câmeras, celulares e computadores — dado que, segundo uma gestora, não foi contemplado pelo projeto. Partindo-se do entendimento de inclusão digital como mero uso de ferramentas de TICs, esses jovens já estariam incluídos digitalmente. Desse modo, apontamos a importância de os projetos reverem os discursos que amparam os conceitos de inclusão e de exclusão digital. Outra constatação possível, a partir desses dados e do aporte teórico, é que os jovens do CSJ-RS já estão ‘inseridos’ no capitalismo em rede atual, pelo menos em relação às práticas de consumo, quando acessam, constantemente, aparatos midiáticos.

Importa, então, desenvolver juntamente com os jovens modos mais criativos, instauradores de diferença, para o uso das tecnologias. De qualquer modo, o discurso de inclusão digital parece, de forma limitada, servir mais como uma das muitas justificativas que emprestam legitimidade à elaboração de políticas públicas de juventude, especialmente àquelas que incluem discursos de educação e de formação para o trabalho.

Observamos que a inclusão digital não teve destaque nos documentos de políticas públicas ingleses. Quando a coordenadora do NMV foi, informalmente, indagada sobre esse tema em relação ao programa que coordenava, ela se demonstrou surpresa e, após refletir um pouco, disse que os jovens já fazem uso constante de ferramentas tecnológicas. Compreendemos, então, que a inclusão digital dos jovens não se configura como problema de política pública na Inglaterra.

6.3.6 Modos de ser jovem trabalhador – relações saber-poder

O Relatório de Avaliação do II Módulo do CSJ-RS (Brasil, 2006) observa que o início da vida profissional dos jovens não traduz uma trajetória individual, tratando-se de um fenômeno socialmente estrutural; justificando, assim, a sua emergência enquanto problema de gestão pública da força de trabalho. O documento discute o risco de as ações de políticas públicas instaurarem uma espécie de 'gestão das precariedades', quando apenas administram os efeitos do desemprego em níveis aceitáveis.

É importante destacar que o CSJ-RS (Brasil, 2006) observou, mesmo que em espaços restritos, que as práticas do projeto, nas fases de elaboração e execução, não conseguiram romper com os discursos de 'inaptação dos jovens' — termo utilizado no documento. Dessa forma, segundo o relatório, pelo fato de não se reconhecer o direito de todos os jovens ao trabalho, elaboram-se ações que fazem com que os jovens sejam obrigados a se submeter a uma espécie de fila de espera, na qual lhes é oferecida a oportunidade de adquirirem e manterem as qualidades necessárias para terem acesso ao emprego. Percebemos, assim, efeitos de discurso de meritocracia, que retira o foco do problema do desemprego dos sistemas políticos e econômicos e transfere para o sujeito jovem pobre — que, nesta concepção, não conseguiria emprego porque não tem as competências necessárias para isso, ou porque faz parte de um grupo 'deficitário', usando a terminologia de Castel.

Podemos dizer que, em algumas experiências, o jovem do CSJ-RS assumiu para si essa posição subjetivada, o que foi possível apontar quando ele comenta a

‘sobrevivência dos mais fortes no mercado de trabalho’ (Brasil, 2006). Assim, as práticas instauradas apontariam para um jovem que precisa se instrumentalizar para se tornar adequado e forte o suficiente para conseguir disputar um lugar no mercado de trabalho.

Pelas considerações que constam no Relatório de Avaliação do II Módulo do CSJ-RS (Brasil, 2006) sobre os relatos dos jovens, de forma geral, é possível dizer que o jovem do projeto percebeu os efeitos do CSJ-RS como positivos em relação a sua inserção no mundo do trabalho. Contudo, prevaleceram enunciados que evidenciam o quanto o caminho visibilizado pelos jovens passa predominantemente pela via da capacitação e adequação às exigências do mercado. Essa capacitação e adequação não se limitavam à aquisição de competências técnicas ou de habilidades específicas de uma profissão. O aprendizado dos jovens também implicou em assimilação de modos de agir e trabalhar. Isto foi perceptível em enunciados dos jovens que descreviam o que haviam aprendido no projeto, tal como ‘se comportar no ambiente de trabalho’, como ‘ser um bom profissional’, como ‘assumir mais responsabilidades’ e como ‘ser mais ético’. Os jovens também usaram expressões como “sem o curso não somos nada” (Brasil, 2006, p. 31). Percebemos, aqui, a emergência do jovem ‘sujeito a’ um conjunto de regimes de verdades que, além de o normalizarem, não valorizam as experiências anteriores desse jovem. Deste modo, desde a fase de formação profissional do jovem pobre, evidencia-se o que está em jogo na relação saber-poder no mundo de trabalho reservado para esse jovem, onde a experiência não comprovada e não formal do jovem não é valorizada.

A avaliação realizada no relatório (Brasil, 2006) destaca a “ausência de referências a uma formação mais crítica” dos jovens (p. 31). Em suas falas, os

jovens além de valorizarem o que aprenderam em termos de atitudes e comportamentos apropriados para o mercado, ressaltam a importância das palestras que assistiram que foram ministradas por empresários. Poucos jovens se mostraram frustrados com os contatos com os empresários — que no entender destes jovens, os empresários eram prepotentes. Não se verificou, contudo, outro tipo de referência no mundo do trabalho formal destacada pelos jovens que não fosse os empresários; os sindicatos ou outros grupos representantes dos trabalhadores não foram mencionados (Brasil, 2006). Na concepção dos jovens, portanto, ficou evidente que quem estabelece as regras para o mundo do trabalho são os empresários e que resta a esses jovens se capacitarem e se adaptarem às regras.

Deste modo, a nova conformação do trabalho exige padrões de flexibilidade para o trabalhador — aprender, adaptar-se, mudar, aprender ... — na medida em que impõe regras 'inflexíveis' ao mesmo trabalhador (Bauman, 1999). Assim, as alternativas de escolha, as possibilidades de recusa ou de se fazer presente na constituição das regras parecem ações impensáveis para o jovem trabalhador que emerge dos projetos. Visibilizam-se, portanto, os regimes de verdade que privilegiam alguns saberes, como os do mercado ou do empresariado, em detrimento de outros, como os dos jovens dos projetos. Destacam-se distintas ordenações das probabilidades das ações — e seus efeitos — entre os diferentes sujeitos no campo do mundo do trabalho vislumbrado para e pelos jovens do projeto. Percebemos que, mesmo com o empenho e os esforços das entidades, o CSJ-RS, em alguns casos, não conseguiu contribuir para a constituição de jovens trabalhadores mais críticos — constituindo-se, portanto, em práticas administradoras de efeitos dos problemas do desemprego juvenil.

A relação de forças entre agentes do CSJ-RS e os jovens ficou evidente em determinadas situações. Em experiências do CSJ-RS, antes do início do curso de qualificação específica, os executores e os jovens decidiam em conjunto qual seria o foco do curso de capacitação profissional — movimento que implicava os jovens no processo de escolha e permitia reflexão e discussões. Porém, em alguns casos, o curso profissionalizante que de fato foi oferecido aos jovens tratou-se de outro, diferente daquele que compôs o acordo firmado entre os jovens e os agentes — contrariando a orientação pedagógica proposta pelas entidades do CSJ-RS (Brasil, 2006). Para exemplificar, citamos o caso em que a escolha combinada para o curso de capacitação havia sido artesanato, mas o que foi oferecido aos jovens foi o curso de padaria. Não foi possível determinarmos as circunstâncias que condicionaram tal troca. De todo modo, percebemos alguns efeitos das relações de poder que se estabeleceram entre os diferentes integrantes do projeto, que não possibilitaram alternativas de o jovem tratar a situação, a não ser aceitando e se conformando com o descumprimento do que havia sido combinado.

Desse modo, visibilizam-se práticas de políticas públicas de juventude que contribuem para a constituição de modos específicos de ser jovem pobre trabalhador. Nas palavras do CSJ-RS (Brasil, 2006), o jovem absorve um “*ethos* competitivo e pragmático” (p. 37) — onde parece haver pouco espaço para escolhas e onde a exclusão é naturalizada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste último capítulo, buscamos, inicialmente, tecer algumas considerações sobre determinadas questões que atravessaram os diferentes enunciados das políticas públicas de juventude, problematizados ao longo da presente dissertação. Na segunda seção, retomamos o problema de pesquisa e os objetivos que haviam sido definidos. Dessa forma, procuramos analisar, em linhas gerais, de que modo o problema de pesquisa foi desenvolvido pelo trabalho de dissertação e em que medida os objetivos foram alcançados. Destacamos, também, as possíveis problematizações e questões que a presente pesquisa suscita para futuros estudos.

7.1 ATRAVESSAMENTOS

Segundo Rojas (2007), a pobreza como problema social se moderniza enquanto enfoques e estratégias, onde se destacam os modelos fundamentados em conceitos de vulnerabilidade — tendência que observamos no conjunto de enunciados analisados das políticas de juventude do Brasil e da Inglaterra. O autor observa, ainda, que esse movimento contribui para a crescente despolitização do tema da pobreza. Apontamos que esse é um risco possível que atravessa as práticas dos projetos sociais direcionados à juventude pobre. Esse risco existe, principalmente, se os projetos têm como propósito a resolução de problemas

localizados sem que se promovam discussões amplas com a participação dos jovens sobre o contexto social e político.

Nas aulas oferecidas pelo CSJ-RS, estavam previstas discussões com os jovens sobre diferentes temas, incluindo questões sobre o trabalho (empregabilidade, sonhos pessoais, expectativas de trabalho, necessidades da sociedade, habilidades pessoais, trabalho coletivo) e políticas públicas (leis, direito, cidadania, ações do Estado) (CAMP, 2006b). Contudo, como foi possível verificar, os enunciados dos documentos a que tivemos acesso não evidenciaram que as práticas do CSJ-RS tenham produzido efeitos significativos no que se refere à produção de novos sentidos ou à instauração de diferenças nas relações vivenciadas pelos jovens do projeto. Adicionalmente, a vulnerabilidade, um dos principais constituintes do jovem do CSJ, não parece ter sido posta em discussão — do mesmo modo que não foi problematizado o voluntariado. Fato que talvez visibilize o quanto a vulnerabilidade como referência do jovem pobre esteja naturalizada.

Apesar de termos dividido o capítulo da análise (capítulo 6) em seções — que correspondem aos três indicadores de análise elencados dos programas de políticas públicas —, percebemos que as práticas de voluntariado, vulnerabilidade e trabalho compõem séries de ações que se induzem e se respondem umas às outras. Segundo Castel (1998, p. 497), “a solidariedade não é mais um dado, mas um construído”. Desta forma, num mundo onde não há trabalho para todos os trabalhadores e onde o não-trabalho não significa apenas desemprego, o incentivo dado aos jovens objetivados como vulneráveis para exercerem o voluntariado solidário pode funcionar para preencher algumas lacunas. Assim, vários dos discursos constitutivos de um dos três conjuntos de práticas são constitutivos dos

outros dois conjuntos. Se o jovem vulnerável tem a auto-estima baixa e não consegue uma posição no mercado de trabalho que seja satisfatória, ele pode encontrar reconhecimento ao exercer ações solidárias. Observamos, porém, que com esta análise não temos a intenção de fazer relações simplificadoras. Ao longo da presente pesquisa, constatamos que as implicações são mais complexas e abrangentes.

O governo dos jovens pobres atravessa os três conjuntos de práticas discutidas acima, que encontram justificção pela via da superaço, da educaço, da saúde, da segurança, da economia. Aliás, ao falar da governamentalidade, Foucault (2003b) destacou a importância da economia política e dos dispositivos de segurança nas ações de governar o outro. O discurso econômico ainda tem papel de destaque nas abordagens de combate às desigualdades sociais e à pobreza. Abramovay *et al.* (2002) ressaltam que há uma simplificação em se acreditar que o crescimento econômico de um país irá sozinho resolver os problemas das desigualdades sociais. Se fosse assim, países como a Inglaterra não precisariam implementar políticas públicas para combater problemas sociais, como as que objetivam reduzir as dificuldades enfrentadas pela juventude nesse país. O CSJ-RS buscou abranger diferentes extratos da juventude. Contudo, salientamos que o ponto de partida era sempre o econômico, uma vez que a aceitação dos jovens no projeto priorizava a renda familiar — conforme observado por um dos gestores.

Em relação ao Brasil e à Inglaterra, chama a atenção que, embora muito diferentes em seus contextos sócio-políticos e contingências históricas, os discursos que caracterizam as juventudes alvo dos programas de políticas públicas, nos dois países, apresentam muitas semelhanças. Esse fato destaca o quanto, na atualidade,

a objetivação dos jovens pobres se dá através de algumas padronizações enunciativas, como a condição de vulneráveis socialmente, as dificuldades no campo do trabalho e a perspectiva de superação pela via do voluntariado.

Mesmo que os enunciados dos relatórios e documentos tenham visibilizado poucas experiências do CSJ-RS como promotoras de novos sentidos. Algumas práticas buscaram ampliar as discussões, desenvolver a reflexão crítica da intervenção social, valorizar os saberes dos jovens e sua importância no processo de transformação e construção do conhecimento coletivo (Brasil, 2006; CAMP, 2006d). De acordo com gestores e executores, novas formas de trabalhar puderam ser identificadas, como nas experiências da formação da 'Cadeia de Skate', do salão de beleza e da criação de um jornal comunitário. Desse modo, visibilizam-se as justaposições de enunciados, as multiplicidades de discursos e as coexistências de práticas desvitalizantes e potencializadoras. Segundo Foucault (1996), o poder não é somente repressivo ou conformador, mas também propositivo e permeável ao deslocamento. É provável que os fluxos de poder que atravessaram o CSJ-RS tenham sido constituídos e constituintes de sentidos e saberes que tenham ido além do conjunto de enunciados dos documentos analisados, dos gestores e executores das entidades e da autora da presente dissertação.

Por fim, gostaríamos de afirmar a importância da elaboração de projetos de políticas de juventude direcionadas para jovens pobres, uma vez que o conjunto de dificuldades que esses jovens enfrentam é grave e exige medidas urgentes. Contudo, observamos que há um tensionamento ao se adotar práticas que subjetivem a juventude pobre como único grupo vulnerável da rede social — o que foi bastante discutido ao longo deste trabalho de dissertação. O conjunto de

coexistências dos programas de políticas públicas analisados e até aqui apresentado visibiliza relações de poder produzidas entre diferentes conjuntos de sujeitos, e evidenciam práticas que necessariamente não promovam melhorias para as condições vividas pelos jovens pobres. O jogo saber-poder constituído parece viabilizar poucas alternativas para esses jovens lidar com as dificuldades e, assim, permite-lhes uma estreita margem de ação. A unidirecionalidade dos projetos de políticas públicas aos jovens pobres confirma uma tendência de considerá-los como um risco a ordem pública vigente. Talvez fosse importante elaborar projetos múltiplos, onde jovens de várias circunstâncias contingenciais de vida pudessem ser alvo de políticas com temáticas variadas.

7.2 RETOMANDO A PROPOSTA DA PESQUISA

No segundo capítulo, apresentamos o problema de pesquisa da presente dissertação de mestrado:

‘a problematização da emergência dos jovens como objeto de investimento e intervenção de políticas públicas de juventude’ (p. 15).

Para o desenvolvimento da questão proposta definimos dois objetivos principais:

- visibilizar os enunciados e produções discursivas sobre juventude que operam nos projetos de políticas públicas; e
- destacar modos de ser jovem que se constituem como emergências possíveis dos projetos analisados (p. 16).

Acreditamos que o percurso trilhado pela pesquisa, ancorado na literatura sobre o tema e, principalmente, na metodologia escolhida, permitiu-nos abordar a questão proposta assim como desenvolver os objetivos traçados. Foi possível visibilizarmos séries de enunciados que cruzam diferentes domínios e estruturas — como o Estado, a Educação, a Economia, o Direito, a Segurança, a Saúde, a Cidadania, a Solidariedade, entre outros — que produzem e compõem os discursos sobre juventude que atravessam os projetos de políticas públicas analisados.

Ao visibilizarmos os enunciados sobre juventude que atravessam os projetos, foi possível destacarmos práticas e técnicas de governar os jovens, modos de objetivação desses jovens, produção de relações de poder que constituem verdades sobre os jovens e definem as condições que eles precisam ter para ocupar a posição subjetivada de jovens de projetos de políticas públicas de juventude na contemporaneidade.

O aporte teórico-metodológico permitiu-nos visualizar o quanto as práticas divisoras das políticas circunscrevem como alvo prioritário das políticas públicas o jovem pobre. Dessa forma, foi possível elencar das produções discursivas dos projetos a constituição de modos de ser jovem pobre. Adicionalmente, foi possível visibilizar e problematizar certos grupamentos universalizados, como os grupamentos dos jovens vulneráveis, dos jovens voluntários, dos jovens em risco, dos jovens de risco, dos jovens pobres que precisam trabalhar e deixar de estudar.

Portanto, acreditamos ter contemplado o problema proposto, uma vez que através das atividades e problematizações desenvolvidas na pesquisa abordamos a emergência dos jovens como objeto de investimento dos projetos de políticas públicas. Exercício que produziu elementos que nos permite falar de relações e de

processos mais coletivos que destacam os modos como, na contemporaneidade, se constroem determinadas juventudes de baixa renda, em países com diferentes contextos sócio-históricos.

Vimos que não há enunciados que não reatualizem outros enunciados. No contexto das políticas públicas estudadas, os enunciados sobre juventude são produzidos num vasto campo de coexistências — destacado anteriormente nesta seção e problematizado ao longo da presente dissertação —, onde há distribuição de funções e regras nos modos de tratar os jovens dos projetos e nos modos de ser dos jovens dos projetos. Portanto, as multiplicidades de discursos, estruturas, cruzamentos e atravessamentos possíveis são muitos. Dessa forma, os direcionamentos e os caminhos a serem percorridos pelo exercício de problematização podem ser sempre atualizados. As escolhas feitas para a presente pesquisa permitiram avançar e aprofundar em algumas dessas possibilidades. Outras permaneceram em aberto para futuros estudos.

Gostaríamos de destacar que, por orientação da banca que avaliou o projeto que antecedeu esta dissertação, não realizamos entrevistas com os jovens que participaram do CSJ e do NMV, como havíamos sugerido. Também seguindo orientação da banca, não incluímos em nossas análises as produções dos jovens, como as que eles desenvolveram nas aulas de inclusão digital. Observamos que as duas indicações da banca se mostram pertinentes, uma vez que se tratavam de propostas que ultrapassariam os objetivos, os espaços e os tempos esperados para uma dissertação de mestrado.

Dessa forma, ressaltamos que a análise dos enunciados e produções discursivas dos próprios jovens que integram projetos e programas de políticas

públicas podem se constituir em objetivos de futuros trabalhos de pesquisa que dessem prosseguimento às problematizações aqui desenvolvidas. Essa possibilidade de estudo poderia aprofundar a análise dos modos como os jovens tomam para si as técnicas de governo em operação nos projetos, como vislumbrado no breve acompanhamento do projeto dos jovens ingleses sobre ações voluntárias multiculturais. Além de problematizar como esses jovens regram e refletem sobre suas condutas a partir das práticas produzidas no espaço em questão. Desse modo, seria possível aprofundar na análise dos processos de subjetivação dos jovens do projeto.

Ao longo da dissertação, apontamos outros desdobramentos possíveis para futuros estudos. Seria importante problematizar a contrapartida exigida dos jovens pobres nos projetos de políticas públicas, aqui evidenciada nos trabalhos comunitários. Assim como investigar se há indícios que essa exigência não se limita aos jovens pobres. E, também, analisar os discursos e os regimes de verdade constituídos e constituintes dessas práticas.

Apontamos, ainda, outras possibilidades. Destacamos o encontro dos jovens dos projetos com diferentes tecnologias, como as TICs, ou tecnologias que implicam na construção de um jornal, na organização e produção de shows, na produção de uma cadeia de trabalho de criação conjunta, como a 'Cadeia de Skate', entre outras. Realizar pesquisas que tivessem como foco o encontro dos jovens com as tecnologias poderia contribuir para aprofundar a problematização do jovem que emerge dos projetos.

Acreditamos que as problematizações desenvolvidas pela presente dissertação contribuíram para ampliar as discussões sobre as questões pertinentes

aos jovens e às políticas públicas de juventude. Abordamos aspectos de como se constituem as políticas públicas e suas práticas. Aprofundamos a análise dos modos de ser jovem produzidos nos projetos, assim como dos modos de governar esses jovens. Dessa forma, pensamos que as problematizações desenvolvidas nesta dissertação podem se constituir em elementos que contribuam, de algum modo, para a produção de novas formas de pensar e fazer políticas públicas de juventude.

8 REFERÊNCIAS

ABAA - Associação Beneficente Amurt-Amurtel. **Projeto Consórcio da Juventude**. Porto Alegre, RS, Brasil, 2006.

ABRAMOVAY, M., CASTRO, M. G., PINHEIRO, L. C., LIMA, F. S. e MARTINELLI, C. C. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ASAFOM - Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. **Relatório Final do Portal da Juventude**. Porto Alegre, RS, Brasil, 2006. Disponível em <http://www.consorciosocialdajuventude.org.br>. Acesso em set. 2006.

AZEREDO, B. e DUNCAN, P. Terceiro setor e desenvolvimento setorial - Relato Setorial nº3. **Gerência de Estudos Setoriais**. AS/GESET, 2001. Disponível em www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/tsetor.pdf. Acesso em jul. 2008.

BAUMAN, Z. **Globalização: As Conseqüências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E., 1999.

BENGOA, J. De la libertad. **Proposiciones nº 34**. Santiago: Ediciones SUR, 2005. Disponível em www.sitiosur.cl/colecciones. Acesso em jul. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem**. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm. Acesso em set. 2008.

BRASIL. **Relatório de Avaliação do II Módulo do CSJ-RS**. Porto Alegre: Consórcio Social da Juventude – Rio Grande do Sul, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego, Governo Federal. **Manual de Implementação Junto às Entidades Sociais**. Brasília, 2005a. Disponível em <http://www.mte.gov.br/pnpe/manual.pdf>. Acesso em set. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. **Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem**, 2005b. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em set. 2008.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4530, de 2004. **Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências**. Brasília, 2004. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/eve/realizados/juventude/projetolei.pdf>. Acesso em abr. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre o Serviço Voluntário e dá outras providências**. Brasília, 1998a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm. Acesso em julho de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução nº 2**. Brasília: CNE, 1998b. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf. Acesso em abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução nº 3**. Brasília: CNE, 1998c. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf. Acesso em abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Projeto de Lei nº 9.394, de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em jun. 2007.

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional. **Projeto Consórcio da Juventude**. Porto Alegre, RS, Brasil, 2006a.

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional. **Projeto Pedagógico**. Porto Alegre, RS, Brasil, 2006b.

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional. **Relatório de Execução**. Porto Alegre, RS, Brasil, 2006c.

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional. **Relatório 2006 – Ações 2007**. Porto Alegre, RS, Brasil, 2006d.

CAMPOS, M. e SOUSA, V. O voluntariado como forma de protagonismo juvenil. In: Schor, N. *et al.* **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. p.80-85. Disponível em <http://www.adolec.br/bvs/adolec/P/cadernos/capitulo/cap08/cap08.htm>. Acesso em jul. 2008.

CARVALHO, C. P. e OLIVEIRA, M. D. **Centros de voluntários: transformando necessidades em oportunidades de ação**. Rio de Janeiro: Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, 1998. Disponível em <http://www.portaldovoluntario.org.br/press/uploadArquivos/109726292465.pdf>. Acesso em jul. 2008.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas. Trabalho apresentado no **I Congresso da Associação Latino Americana de População**, ALAP, Caxambu, MG, Brasil, 2004.

CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma de se fazer políticas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2002a. v. 19, n. 2.

CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, 2002b. v. 116, p.143-176.

CRUZ, L., HILLESHEIM, B. e GUARESCHI, N. M. F. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia e Sociedade**, 2005. v. 17, n. 3.

DEPARTMENT FOR CHILDREN, SCHOOLS AND FAMILIES. **Departmental Report 2008**, 2008. Disponível em

<http://www.dcsf.gov.uk/aboutus/reports/pdfs/7493-DCSF-AnnualReport.pdf>. Acesso em jul. 2008.

DEPARTMENT FOR CHILDREN, SCHOOLS AND FAMILIES. **The children's plan: building brighter future**, 2007a. Disponível em http://www.dcsf.gov.uk/publications/childrensplan/downloads/The_Childrens_Plan.pdf. Acesso em jul. 2008.

DEPARTMENT FOR CHILDREN, SCHOOLS AND FAMILIES. **Aiming High for Young People: a ten year strategy for positive activities**, 2007b. Disponível em http://www.hm-treasury.gov.uk/media/2/6/cyp_tenyearstrategy_260707.pdf. Acesso em jul. 2008.

DEPARTMENT FOR CHILDREN, SCHOOLS AND FAMILIES. **The Consolidated 3rd and 4th Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child**, 2007c. Disponível em <http://www.everychildmatters.gov.uk/files/0B51045676CEF239367221123B913E60.pdf>. Acesso em jul. 2008.

DEPARTMENT FOR EDUCATION AND SKILLS. **Connexions: Annual Report 2002-03**, 2003. Disponível em http://www.connexions.gov.uk/partnerships/publications/uploads/cp/CX_Annual%20Review%202002_03%20AW.pdf. Acesso em jul. 2008.

DEPARTMENT FOR EDUCATION AND SKILLS. **Connexions: Annual Report 2001-02**, 2002. Disponível em http://www.connexions.gov.uk/partnerships/publications/uploads/cp/Cnx_Annual_Report2001-2.pdf. Acesso em jul. 2008.

DfEE e OFSTED. **Departmental Report - The Government's Expenditure Plans 2001-02 to 2003-04 and Main Estimates 2001-02**, 2001. Disponível em <http://www.dcsf.gov.uk/aboutus/reports/pdfs/report01.pdf>. Acesso em jul. 2008.

DRAKEFORD, M. e WILLIAMSON, H. From benign neglect to malign indifference? Housing and young people. In: Shaw, I. *et al.* (Org.). **Social Care and Housing: Research highlights in social work**. v. 32. London: Jessica Kingsley Publishers, 1998.

DREYFUS e RABINOW, P. **Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

EVERY CHILD MATTERS, 2003. Disponível em <http://www.everychildmatters.gov.uk/files/EBE7EEAC90382663E0D5BBF24C99A7AC.pdf>. Acesso em jul. 2008.

FERNANDES, A. M. D., MOURA A. M. C., FERNANDES, D. J., ROCHA, G. F., LUNA, G. C. V. e BARBOSA, T. L. O. Cidadania, trabalho e criação: exercitando um olhar sobre projetos sociais. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, 2006. v.18, n. 2, p. 125-142.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa** (3a ed. rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERRETTI, C. J., ZIBAS, D. M. L. e TARTUCE, G. L. B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, 2004. v.34, n. 122, p. 411-423.

FISCHER, R. M. B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Tese (dout.), Faced/PPGEDU/UFRGS, 1996.

FOUCAULT, M. Ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Motta, M. B. (Org.). **Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

FOUCAULT, M. Mesa-Redonda em 20 de Maio de 1978. In: Motta, M. B. (Org.). **Ditos e escritos IV – Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a. p. 335-351.

FOUCAULT, M. A “Governamentalidade”. In: Motta, M. B. (Org.). **Ditos e escritos IV – Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b. p. 281-305.

FOUCAULT, M. Diálogos sobre o Poder. In: Motta, M. B. (Org.). **Ditos e escritos IV – Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003c. p. 253-266.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H. & Rabinow, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica** (p. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995b.

FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: Escobar, C. H. **Michel Foucault - (1926-1984) - O Dossier: Últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora. 1984. p. 74-85.

FOUCAULT, M. e RABINOW, P. **The Foucault Reader**. New York: Pantheon Books, 1984.

FREZZA, M., MARASCHIN, C. e SANTOS, N. I. S. Juventude como problema de políticas públicas. **Revista Psicologia e Sociedade**, 2008a. (em fase de publicação)

FREZZA, M., GRISCI, C. L. I. e KESSLER, C. K. Tempo e espaço na contemporaneidade: uma análise a partir de uma revista popular de negócios. **Revista de Administração Contemporânea**, 2008b. (em fase de publicação)

GUARESCHI, N. M. F., OLIVEIRA, F. P., GIANNECHINI, L. G., COMUNELLO, L. N., NARDINI, M. e PACHECO, M. L. Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. **Estudos de Psicologia**, 2003. v. 8, n. 1, p. 45-53.

IBAÑEZ, T. La Psicología Social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In: Guareschi, N. M. F. (Org.). **Estratégias de Invenção do Presente: A psicologia social no contemporâneo**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

IBAÑEZ, T. La construcción del conocimiento desde una perspectiva socioconstruccionista. In: Montero, M. (Org.). **Conocimiento, Realidad e Ideología**, Caracas: AVEPSO, 1994.

LARANJEIRA, D. H. P. e TEIXEIRA, A. M. F. Vida de jovens: educação não-formal e inserção socioprofissional no subúrbio. **Revista Brasileira de Educação**, 2008. v.13, n.37, p. 22-37.

LAZZARATO, M. e NEGRI, A. **Trabalho Imaterial: Formas de Vida e Produção de Subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, S. M. e MINAYO-GOMEZ, C. Modos de subjetivação na condição aprendiz: embates atuais. **História, Ciência e Saúde**, 2003. v. 10, n. 3, p. 931-953.

LISTER, R.; SMITH, N.; MIDDLETON, S. e COX, L. Young people and citizenship. In: Barry, M. (Org.). **Youth Policy and Social Inclusion: Critical debates with young people**. London: Taylor & Francis Group, 2005, p. 26-43.

LOBO, L. F. Higienismo e Normalização da Infância no Brasil. In: Jacó-Vilela, A. M. *et al.* (Org.). **Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades** — Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003. p. 291-320.

MARASCHIN, C. Pesquisar e intervir. **Psicologia e Sociedade**, 2004. v. 16, n. 1, p.98-107.

MATTHEWS, H. **Children and Community Regeneration**. London: Save the Children, 2001.

MUSGROVE, F. **Youth and the Social Order**. London: Routledge & Kegan Paul, 1964.

PELBART, P. P. **Vida Capital**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PÉREZ, A. I. A. Construcción de capital social comunitario y empoderamiento ciudadano. **Ultima Década**, 2007. v. 26, p. 123-145.

RÍOS, R. Universitarios y Voluntariado: Análisis del Involucramiento en Acciones Filantrópicas de los Alumnos de la PUC. **Psykhé**, 2004. v. 13, n. 2, p. 99 -155.

ROJAS, W. D. V. Pobreza y voluntariado. **Última Década**, 2007. v. 26, p. 147-177.

SANTOS, N. I. S. e LAZZAROTTO, G. D. R. Educação e cidadania: desafios para a universidade na construção de diálogos com as comunidades populares. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba: UNISO, 2007. v. 33, n. 1.

SCHUR, E. **Radical Non-intervention**: Rethinking the delinquency problem. New Jersey: Prentice-Hall, 1973.

SELLI, L. e GARRAFA, V. Solidariedade crítica e voluntariado orgânico: outra possibilidade de intervenção societária. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 2006. v.13, n.2, p. 239-251.

SELLI, L. e GARRAFA, V. Bioética, solidariedade crítica e voluntariado orgânico. **Revista Saúde Pública**, 2005. v.39, n.3, p. 473-478.

SOCIAL EXCLUSION UNIT. **National Strategy for Neighbourhood Renewal: Policy Action Team Audit**, 2001a. Disponível em http://www.cabinetoffice.gov.uk/~media/assets/www.cabinetoffice.gov.uk/social_exclusion_task_force/publications_1997_to_2006/pat_audit_renewal%20pdf.ashx. Acesso em ago. 2008.

SOCIAL EXCLUSION UNIT. **Preventing Social Exclusion**, 2001b. Disponível em http://www.cabinetoffice.gov.uk/~media/assets/www.cabinetoffice.gov.uk/social_exclusion_task_force/publications_1997_to_2006/preventing%20pdf.ashx. Acesso em ago. 2008.

SOCIAL EXCLUSION UNIT. **National Strategy for Neighbourhood Renewal: Report of Policy Action Team 12 – Young People**, 2000. Disponível em http://www.cabinetoffice.gov.uk/~media/assets/www.cabinetoffice.gov.uk/social_exclusion_task_force/publications_1997_to_2006/pat_report_12%20pdf.ashx. Acesso em jul. 2008.

SPOSITO, M. P., SILVA, H. H. C. e SOUZA, N. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, 2006. v. 11, n. 32, p. 238-257.

SPOSITO, M. P. e CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.7, n.2, p. 141-172, 2005.

SPOSITO, M. P. e CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 2003. v. 24, p. 16-39.

STANLEY, K. Young asylum seekers and refugees in UK. In: Barry, M. (Org.). **Youth Policy and Social Inclusion: Critical debates with young people**. London: Taylor & Francis Group, 2005, p. 152-170.

TEODÓSIO, A. S. S. Programas de incentivo ao voluntariado: novos desafios para a ética gerencial. In: **Memorias del IV Congreso Latinoamericano de Ética, Negocios y Economía – la ética en la gestión pública y privada: fortalezas y debilidades**. Buenos Aires: Associação Latinoamericana de Ética, Negócios e Economia/Universidade Argentina de La Empresa, 26-27 de julho de 2001, p. 17-27.

TOMMASI, L. Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. **Revista Brasileira de Educação**, 2004. v. 25, p. 177-181.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com Juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

UNV – United Nations Volunteers. **Mission Statement**. Disponível em <http://www.unv.org/en/who-we-are/mission-statement.html>. Acesso em set. 2008.

UoN - University of Northampton. **The Northamptonshire Millennium Volunteer Project Business Plan**. Northamptonshire: University of Northampton, 2006a.

UoN - University of Northampton. **The Record: Self-assesement for MV Providers - Northamptonshire Millennium Volunteer Project**. Northamptonshire: University of Northampton, 2006b.

WILLIAMSON, H. Young people and social inclusion – an overview of police and practice. In: Barry, M. (Org.). **Youth Policy and Social Inclusion: Critical debates with young people**. London: Taylor & Francis Group, 2005, p. 9-25.

YATES, R. Rebel yell: young people and substance misuse. In: Barry, M. (Org.). **Youth Policy and Social Inclusion**: Critical debates with young people. London: Taylor & Francis Group, 2005, p. 218-235.

ZIBAS, D. M., FERRETTI, C. J. e TARTUCE, G. L. B. P. Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. **Cadernos de Pesquisa**, 2006. v. 36, n. 127, p. 51-85.